

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

HELLEN JOELMA MARQUES VILASBÔAS

UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA TRÍADE LEXICAL
MORTO, MORTE E MORRER

Cáceres-MT

2021

HELLEN JOELMA MARQUES VILASBÔAS

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA TRIÁDE LEXICAL
MORTO, MORTE E MORRER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso “*Professor Carlos Alberto Reyes Maldonado*” (Unemat), como requisito final à obtenção do Título de Mestra em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri.

Cáceres-MT

2021

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

V695u VILASBOAS, Hellen Joelma Marques.
Um Estudo Semântico-Enunciativo da Tríade Lexical Morto,
Morte e Morrer / Hellen Joelma Marques Vilasboas – Cáceres,
2021.
79 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto
Sensu (Mestrado Acadêmico) Linguística, Faculdade de
Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do
Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientador: : Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri.

1. Morto/Morte/Morrer. 2. Enunciado. 3. Tope. 4. Sentido. I.
Hellen Joelma Marques Vilasboas. II. Um Estudo Semântico-
Enunciativo da Tríade Lexical Morto, Morte e Morrer: .

CDU 81'37

HELLEN JOELMA MARQUES VILASBÔAS

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA TRÍADE LEXICAL
“MORTO, MORTE E MORRER”**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri
Orientador/Presidente
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL)
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Profa. Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar
Convidada Interna/Avaliadora
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL)
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Profa. Dra. Paula de Souza Gonçalves Morasco
Convidada Externa/Avaliadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

APROVADA EM: ____/____/____.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que morreram em decorrência da Covid-19, pois, penso que talvez a morte não seja a última etapa, mas, apenas o começo de algo diferente e quem sabe melhor. Segundo João 11:25 “Declarou-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá.

AGRADECIMENTOS

A presente Dissertação de Mestrado não poderia chegar até aqui sem o precioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que sempre me conduziu com as devidas lições de amor e coragem para ingressar no Mestrado em Linguística/UNEMAT, e não ter deixado esmorecer-me nessa caminhada, pois somos seres humanos imperfeitos e com defeitos.

Ao Prof. Doutor Marcos Luiz Cumpri, por toda paciência e empenho em suas orientações, o meu muito obrigada por me corrigir quando necessário sem nunca me desmotivar.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Paula S. G. Morasco e Prof.^a. Doutora Neuza Benedita da Silva Zattar, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação e pelas conversas breves, porém importantíssimas.

A minha amiga Francinelli que me convidou a participar do grupo de estudo Significar-MT, onde tive a honra de aprofundar meus conhecimentos na área da semântica, e ao meu amigo Israel que me fez acreditar em meu potencial e sempre esteve ao meu lado, sendo um apoio constate.

Ao professor Taisir Karim que me aceitou no grupo Significar-MT e que me serviu de inspiração para ingressar no curso de linguística, mais precisamente na área da semântica no qual me mostrou que os sentidos das palavras podem variar de um contexto para o outro.

A minha irmã Heliz por estar comigo nessa caminhada me dando forças para que eu não desistisse do meu objetivo, pois você foi minha lamparina me dando luz onde eu só via escuridão.

A minha mãe Marilce e ao meu pai Helio Joel, por todas as lições de amor, companheirismo, dedicação, compreensão e perdão que vocês me dão a cada novo dia. E ao meu irmão Hélio Antonio, sempre pronto a me apoiar em tudo.

Aos meus filhos Leonardo e Joana pelo amor incondicional que vocês me deram, pois, é por vocês que busco sempre melhorar e me qualificar para que futuramente eu sirva de inspiração na vida de vocês, e eu diga valeu a pena!

Ao meu namorado Leilton pela compreensão e apoio em tantos momentos difíceis e pelas inúmeras vezes de lazer que precisei ser ausente, meu muito obrigada!

EPIÍGRAFE

*Tu tens um medo de
Acabar.
Não vês que acabas todo o dia.
Que morres no amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que te renovas todo dia.
No amor.
Na tristeza.
Na dúvida.
No desejo.
Que és sempre outro.
Que és sempre o mesmo.
Que morrerás por idades imensas
Até não teres medo de morrer.
E então serás eterno.*

Poema “Cântico VI”, por Cecilia Meireles.

RESUMO

Este trabalho, inscrito na linha de pesquisa ‘Estudos dos Processos de Significação’, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística (PPGL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) tem como objetivo observar a identidade semântica da tríade lexical morto/morte/morrer em situação enunciativa. Para tanto, sustentamo-nos na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) de Antoine Culioli (1990; 1999a; 1999b; 2018) e de seus seguidores, sobretudo nos trabalhos de Zavaglia (2016), Cumpri (2008; 2009; 2012; 2013; 2018), Pria (2013) e Holmo (2008; 2012; 2014). Defendemos, em consonância com os pressupostos da TOPE, que os sentidos de morto/morte/morrer só se estabilizam quando essas unidades forem ocorrências articuladas (pela gramática) a outras ocorrências dentro de um enunciado. Essa afirmação é o que constitui o dilema desta pesquisa, a saber: as identidades semânticas de morto/morte/morrer, em termos de oposição a vivo/vida/viver, se mantêm sempre estáveis quando as buscamos nas proliferações parafrástica de um enunciado como “Joãozinho morreu de fome”? Na mesma esteira, também buscamos falar da diversidade de sentidos dessa tríade em expressões idiomáticas, provérbios e ditados populares, com o intuito de demonstrarmos que as cristalizações que colocam, por exemplo, ‘morte’ e ‘vida’ em relação de complementaridade (oposição), nem sempre se sustentam quando estão em jogo operações de linguagem.

Palavras-chave: Morto/Morte/Morrer. Enunciado. TOPE. Sentido.

ABSTRACT

This work is inscribed in the research line 'Studies of the Processes of Meaning', of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Linguistics at the University of the State of Mato Grosso. It aims to observe the semantic identity of the lexical triad morto (*dead*)/ morte (*death*)/ morrer (*to die*) in an enunciative situation. To do so, we rely on the Theory of Predicative and Enunciative Operations (TOPE) by Antoine Culioli (1990; 1999a; 1999b; 2018) and their followers, especially Zavaglia (2016), Cumpri (2008; 2009; 2012; 2013; 2018), Pria (2013) and Holmo (2008; 2012; 2014). We defend, in line with TOPE's assumptions, that the meanings of morto (*dead*)/ morte (*death*)/ morrer (*to die*) are only stabilized when these units are articulated occurrences (by grammar) to other occurrences within an utterance. This assumption is what makes our central question: the semantic identities of this triad, in terms of opposition to vivo (*alive*)/ vida (*life*)/ viver (*to live*), remain always stable when we look for them in the paraphrastic proliferations of a statement such as "Joãozinho morreu de fome"? Along the same lines, we also seek to write about the diversity of meanings of this triad in idiomatic expressions, proverbs and popular sayings, in order to demonstrate that the crystallizations that put, for example, 'morte' (*death*) and 'vida' (*life*) in a relation of complementarity (opposition) are not always sustained when operations of language take place.

Keywords: Morto/Morte/Morrer, Utterance, TPEO, Meaning.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

MT	Mato Grosso;
PPGL	Programa de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Linguística;
TOPE	Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas
Unemat	Universidade do Estado de Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de conceito de domínio nocional.....	58
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 UM PROBLEMA CLÁSSICO EM SEMÂNTICA: O SENTIDO DO LÉXICO TOMADO ISOLADAMENTE.....	16
1.1 A semântica geral como uma ciência de investigação	16
1.2 A semântica lexical: falhas e acertos	19
1.3 Algumas observações sobre a antonímia.....	20
1.4. Algumas observações sobre a sinonímia	22
1.5 A semântica da palavra morte	24
1.5.1 Os sentidos dicionarizados da tríade “morte, morto e morrer”.	25
1.5.1.1. Os conceitos de morto, morte e morrer	25
1.5.2 ‘Morto, ‘Morte’ e ‘Morrer’ além dos dicionários.....	29
2 BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE LINGUAGEM E SUA RELAÇÃO COM AS LÍNGUAS E O SENTIDO	36
3 A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS.....	43
3.1 A linguística e o programa de Culioli.....	43
3.2 O conceito de linguagem: atividade de representação, referenciação e regulação.....	45
3.3 As atividades de linguagem: epilinguística, linguística e metalinguística	47
3.4. A importância de se pensar a articulação entre língua/linguagem e léxico/gramática..	48
3.5 A enunciação e o enunciado	49
3.6 Relações primitivas, predicativas e enunciativas	50
3.7 Atividades de estabilização de sentido: parafraseagem e glosagem	52
3.8 O centro da teoria: noção e organização de domínios nocionais.....	53
3.8.1 A ocorrência	54

3.8.2 O centro organizador: o tipo e o atrator.....	55
3.8.3 Domínio nocional: interior, exterior e fronteira	56
3.8.4 Organização da noção: a extração, a flechagem e a varredura.....	59
3.8.5 O aspecto	61
4 MORTO/MORTE/MORRER: UMA ANÁLISE	63
4.1 Procedimentos metodológicos.....	63
4.2 Análise: entre o animado e o inanimado	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Esta dissertação coloca em foco a investigação do funcionamento semântico-enunciativo da tríade lexical ‘morto, morte e morrer’ pelo amparo da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), cujo mentor é o linguista francês Antoine Culioli (1990; 1999a; 1999b) e para quem a enunciação é um espaço que exhibe um conjunto de colocações de enunciados, que são o resultado da articulação entre léxico e gramática, assim como o processo de variação das línguas naturais sustentada pela invariância e pela indeterminação da linguagem. Nessa perspectiva trazemos também na maior parte do trabalho a autora Adriana Zavaglia (2016), que nos ajudou na compreensão da teoria, pela facilidade de abordar a linguagem e as línguas relacionando o processo da enunciação como mecanismos cognitivos, semânticos e sintáticos que discriminam certas formas para expressão.

Franckel (2011), discípulo direto de Antoine Culioli, nos diz que o sentido das unidades se constrói no e pelo enunciado, ao mesmo tempo em que elas, as unidades, determinam o sentido desses enunciados, uma vez que “Não há sentido próprio e sentido derivado por metáfora: o valor bruto da unidade é sempre um valor abstrato, uma *épura*, não uma designação, é um potencial e não um conteúdo” (FRANCKEL, 2011, p. 23).

Desse modo, temos, como objetivo principal de pesquisa, analisar, por meio da descrição de usos, como se dá a construção de sentidos da tríade lexical ‘morto, morte e morrer’, em português brasileiro através das expressões idiomáticas, observando sua articulação com outros marcadores¹ do enunciado e os valores referenciais advindos dessa articulação de uma regularidade que subjaz toda essa variação.

A pesquisa mostra-se relevante no sentido de que há uma reflexão quanto ao uso representativo das formas linguísticas na atividade significativa da linguagem, pois procuramos mostrar que o processo de (des)construção/(des)montagem do enunciado, é crucial à (des)construção do(s) sentido(s). Esse pensamento desabona gramática e dicionarização do léxico de uma língua natural tomados de forma isolada.

Com isso, esta pesquisa contribuirá, com efeito, aos estudos linguísticos na medida em que traz um trabalho analítico-descritivo de uma tríade linguística que não se encerra em oposições semânticas, como morte/vida, morto/vivo, morrer/viver, uma vez que partimos do pressuposto de que nem tudo que é predicado com morte/morrer/matar é necessariamente

¹ A TOPE privilegia o termo “marcador”, em detrimento de palavra, por considerar cada unidade da língua um marcador de operações de linguagem.

atrelado a falecimento/falecer/assassinar, como faz pensar a tradição lógico-gramatical ao estipular uma classificação das sinonímias.

Para o cumprimento de nossas metas, organizamos o trabalho da seguinte forma:

NB primeira seção, “Um problema clássico em semântica: o sentido do léxico tomado isoladamente”, analisamos acerca dos dilemas herdados de uma oposição entre sintagma e paradigma para os estudos do significado focados no que se entende por semântica lexical.

Na segunda seção, “Breve histórico do conceito de linguagem e sua relação com o sentido”, apresentamos a vertente epistemológica da linguagem na égide de nomes como Rousseau, Vygotsky e Benveniste (2005).

A terceira seção, “A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, situa nosso arcabouço teórico. Nela se encontram os conceitos operacionais básicos para nossas análises e os conceitos epistemológicos à nossa proposta para uma relação dialógica entre a invariância da linguagem e a variação das línguas naturais.

Já na quarta e última seção, fazemos análises (construção de uma família parafrástica) a partir de enunciado matriz: “Joãozinho morreu de fome”. O objetivo dessa atividade metalinguística é o de trazer, à tona, as representações possíveis para a noção <morrer> e delas extrairmos os sentidos provisórios que cada situação enunciativa suscita para que possamos compreender, de fato, como se constitui o funcionamento semântico-enunciativo dessa tríade.

1 UM PROBLEMA CLÁSSICO EM SEMÂNTICA: O SENTIDO DO LÉXICO TOMADO ISOLADAMENTE

1.1 A semântica geral como uma ciência de investigação

“Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sob a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 1962).

Como sumariza Lyons (1979, p. 425) pode-se, provisoriamente, definir a semântica como o estudo do significado. Dessa afirmação, partimos à contribuição para que se pense esse estudo para além do que se pode contornar a semântica como a área da linguística que estuda o sentido das palavras. Para o presente debate, trazemos, então, reflexões daqueles que muito contribuíram ao desenvolvimento dessa perspectiva.

Começamos com os dizeres de Bréal:

O estudo que propomos ao leitor é de natureza tão nova que nem chegou ainda a receber um nome. A preocupação da maioria dos linguistas tem-se voltado sobretudo para a análise do corpo e da forma das palavras: as leis que presidem à alteração de sentidos, à escolha de novas expressões, ao nascimento e à morte das locuções foram deixadas à margem ou apenas acidentalmente assinaladas. Como este estudo, do mesmo modo que a fonética e a morfologia, merece ter seu nome, nós o chamaremos semântica (do verbo *semaínein*), isto é, a ciência das significações (1925, p. 9-97, apud SANTOS, 2008, p. 3)

Segundo Câmara-Júnior (1973) o modo semântico não deve ser observado isoladamente, como acontece normalmente, por exemplo, na Gramática Tradicional. Câmara-Júnior (1973) salienta que o método semântico e o método mórfico se associam de forma muito estreita, pois o vocábulo é uma unidade de forma e de sentido. Assim, “O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo ‘sentido’ só pode ser entendido com o auxílio do conceito de ‘forma’” (Ibidem, p. 67).

Entretanto, Marques (2001, p. 15 apud GODOIS E DALPIAN, 2010, p.05) nos diz que os estudos semânticos não foram, ainda, amplamente estudados devido à falta de um conceito “preciso, consensual e abrangente do que seja semântica”.

Marques (2001) considera que as definições de semântica e delimitações a respeito do seu objeto de estudo são parciais e insuficientes, e que o conhecimento que se tem a respeito de significado, em uma perspectiva científica, é insignificante, mas que é inegável a importância do significado no que se refere à língua.

Já Oliveira (2001, p.20) afirma que a “semântica é científica simplesmente por considerar que o significado deve ser descrito e explicado segundo uma metodologia naturalista” e complementa que essa afirmação pode ser explicada através de duas facetas:

Primeiro, os semanticistas constroem hipóteses de explicação em relação ao significado que devem ser passíveis de serem verificadas do ponto de vista empírico, tendo, como objetivo último, a construção de um modelo. Segundo os semanticistas veem o significado como um fenômeno que ocorre naturalmente. Ou seja, não é preciso ensinar uma criança a fazer sentido em relação à fala de outra pessoa, basta apenas deixá-la viver (Idem).

De acordo com Tamba (2016, p. 10), pode-se dizer que, através dos manuais contemporâneos, entendemos que a semântica é a ciência que estuda o sentido apreendido através das formas e estruturas significantes das línguas e que, o seu consenso, só vai até aí, delimitando, assim, o seu campo de investigação. Nessa perspectiva, Tamba (2016, p.11) delimita três pontos de vista sobre o conceito de semântica:

1“ A semântica é o estudo do sentido” (J. Lyons). 2“ A semântica é o estudo do sentido das palavras” (P. Guiraud). 3“ A semântica é o estudo do sentido das palavras, das frases e dos enunciados” (P. Lerat). Já segunda ou *semântica lexical ascética*, limita o sentido linguístico unicamente ao sentido das unidades lexicais, termos simples ou expressões codificadas. A terceira, ou *pragmassemântica* gulosa, apegase a três níveis distintos de organização de sentido: estruturação lexical no nível das unidades-palavras; estruturação gramatical ou morfossintática no nível das unidades-frases; organização discursiva no nível das unidades-enunciados.

Diante disso, compreende-se que os linguistas não entram em acordo em relação ao estudo da semântica. Se considerarmos apenas sua área de investigação, por exemplo, não encontraremos um objeto unificado, pois apesar de Lyons (1978)², Guiraud (1955)³ e Lerat (1983)⁴ concordarem que a semântica é o estudo do sentido. Lyons (1978) não especifica um

²J.Lyons, *Eléments de Sémantique*.Paris: Plon, 1962, p.348.

³ P.Guiraud, *La Sémantique*.Paris:Larousse, 1978, p.9.

⁴P.Lerat,*Sémantique descriptive*.Paris:Hachette, 1983, p.3.

objeto precisamente e abrange todo o tipo de significação. Guiraud (1955), por conseguinte, conceitua semântica como o estudo das palavras limitando-se, assim, aos sentidos das unidades lexicais. Já Lerat (1983) vê a semântica como o estudo dos sentidos das palavras, das frases e enunciados.

Greimas (1966, p.11), em seu texto *Semântica Estrutural*, relata que “O problema da significação está bem no centro das preocupações atuais”. E, parece-nos, pois, que o mundo humano se define, essencialmente, como o mundo das significações, só pode ser chamado “humano”, na medida que significa alguma coisa.

Segundo Fodor (1977, p.13), em diferentes momentos, a semântica foi reivindicada por várias disciplinas como a antropologia, psicologia, filosofia e pela linguística. Com essas palavras ele ressalta que considera a semântica “[...] como uma área de estudo difícil, cujo objetivo é a construção de uma teoria do significado e os fenômenos relacionados a ela em línguas naturais”.

De acordo com Fodor (1977, p. 13, *tradução nossa*):

A semântica⁵, como a concebemos, é, portanto, uma parte da linguística e, como tal, sua elaboração busca o duplo objetivo que caracteriza toda pesquisa linguística: descobrir as propriedades das línguas naturais para ser capaz de, alguma forma, conhecer a natureza da linguagem humana em geral, e, além disso, desenvolver uma teoria geral que permitam sistematizar e explicar as propriedades dessas línguas.

Assim, fica subentendido que a semântica geral, tal como uma ciência de investigação, vai muito além do que podemos imaginar. Sua tarefa é ilimitada e não se restringe apenas ao estudo das palavras e sentenças. E, apesar dessa aparente confusão, é possível, com algum empenho e esforço, estabelecer alguns limites e propor uma organização às reflexões relacionadas à Semântica.

Cançado (2008, p.138) faz um breve percurso pelas teorias semânticas e aponta três abordagens relevantes:

[...] a) a abordagem referencial, que lida com a relação da referência no mundo e as palavras; em b) a abordagem mentalista, que propõe que o sentido também acontece em um nível intermediário entre o mundo e as palavras: o nível da representação mental; e em c) a abordagem pragmática, que estuda os usos situados da língua.

⁵ “La Semántica, tal y como la concebimos, es, pues, una parcela de la lingüística y, como tal, su elaboración persigue el doble objetivo que caracteriza a toda investigación lingüística: poner al descubierto las propiedades de las lenguas naturales con objeto de poder llegar a conocer de algún modo la naturaleza del lenguaje humano en general, y, además, desarrollar una teoría general que nos permita sistematizar y explicar las propiedades de dichas lenguas” (FODOR, 1977, p. 13).

Cançado (idem) ainda cita a Semântica formal, que se encaixa na abordagem referencial, a Semântica Argumentativa e a Semântica lexical que se encaixam na abordagem pragmática e a Semântica Cognitiva e a Semântica Representacional que se encaixam na abordagem mentalista.

Diante dessas colocações, pudemos observar o porquê fica difícil delimitar o estudo da semântica e estabelecer um consenso em relação ao seu objeto de estudo. O problema está no fato em delimitá-la, pois há tantos rótulos que não há como cercá-la dando seu objeto ser movediço.

1.2 A semântica lexical: falhas e acertos

Neste tópico, faz-se necessário mencionar, que não é nosso objetivo proporcionar um debate teórico entre as semânticas, mas buscar, dentro dos postulados teóricos, o lugar da base de análise do *corpus* desta pesquisa. Para essa subseção, selecionamos apenas a relação possível entre léxico e semântica.

Como já dissemos, a semântica estuda o significado. Nesse viés, grosso modo, a semântica lexical indicaria qualquer tipo de estudo linguístico que focasse no significado das palavras das línguas. Assim, pode-se afirmar que, quando falamos, proferimos milhares de palavras, e que, na medida em que o mundo evolui, as palavras também evoluem e, ao longo do tempo, algumas deixam de serem usadas.

Hoffmann, (2014, p.10) discorre que “a semântica lexical tem por objetivo estudar as propriedades do significado das palavras. Além de preocupar-se com o significado das palavras por si só, a Semântica Lexical também analisa como diferentes palavras contribuem para o significado da sentença e, além disso, como muitos significados lexicais se constroem na sentença”.

Tamba (2006, p. 20) pondera que, a partir de 1931, no período estrutural, a semântica lexical é competida por duas abordagens, uma histórica e outra sincrônica e que a semântica histórica é decorrente da semântica evolucionista e a semântica sincrônica, pelo surgimento da linguística estrutural⁶.

Desse modo, Tamba (2006, p.21) salienta que:

⁶ Essa dualidade aparece nitidamente em *The Principles of semantics*, 1951. De S. Ullmann, que integra as perspectivas evolucionistas e estrutural, assim como em *La semantique*, de P. Guiraud, publicada em 1955, que dedica dois capítulos às mudanças de sentido e dois outros às abordagens estruturais.

Em 1931, o estudo sobre os *campos semânticos* de J. Trier. *Der Deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*, marca o ponto de partida da *semântica lexical estrutural*. Segundo a vulgata historiográfica, a linguística estrutural europeia lança raízes na dicotomia entre *língua e fala*, difundida pela publicação póstuma em 1916, do *Curso de linguística geral* (CLG) de Saussure. Unicamente a língua, definida como “um sistema que só conhece a própria ordem” (CLG, p. 43), constitui o objeto da linguística, logo da semântica, excluídos todos os fenômenos de uso derivados da ordem da fala.

A linguista ressalta que, a partir dessa virada teórica, na contemporaneidade, a língua é concebida como os elementos ou termos de um sistema de relações lexicais de onde extraem, com efeito, sua significação diferencial e/ou valor e não mais como uma simples denominação. Ou seja, sentidos tributários e conceitos.

Cançado (2008, p. 144-145), ao falar da semântica lexical, precisamente no tópico sete de seu livro *Manual de Semântica*, faz uma exposição de autores lexicalistas, tais como: Rappaport e Levin (1986), Levin (1989)⁷, Grimshaw (1990)⁸, Levin e Rapaport (1995)⁹, que trabalham, em suma, a semântica lexical em interface com a sintaxe de modo que se explorem “as noções de papel temático, hierarquia temática assumindo sempre a existência de um módulo sintático; em geral, são teorias totalmente compatíveis com a gramática gerativa”.

Já no oitavo tópico, Cançado (2008, p.145) expõe autores lexicalistas, tais como: Cruse (1986)¹⁰, Evens (1988)¹¹, Lehrer e Feder (1992)¹², para quem, diferentemente dos autores do primeiro grupo, “[...] essa teoria trabalha somente com palavras e relações entre a sinonímia, antonímia, hiponímia etc.”. Interessa-nos, pois, de forma peculiar, as inclinações teóricas expostas pela autora no segundo grupo. É delas que trataremos a partir de agora.

1.3 Algumas observações sobre a antonímia

Sabemos que antonímia trata das relações de palavras opostas como: amor/ódio, vida/morte, frio/quente, bonito/feio, gordo/magro, mas será que apenas essa definição é

⁷LEVIN, B. (1989; Towards El lexical organization of english verbs. Evanston: Northwestern University.

⁸GRIMSHAW, J. (1990) Argument structure. Cambridge, Mass.: MIT Press.

⁹LEVIN, B.; RAPAPORT, M. (1995) Unaccusativity at the syntax-lexical semantics interface. Cambridge, Mass:MIT Press.

¹⁰CRUSE, D. A. (1986). Lexical semantics. Cambridge: Cambridge University Press.

¹¹EVENS, M. W. (Org.). (1988) Relational models of the lexicon: representing knowledge in semantic networks. Cambridge: Cambridge University Press.

¹²LEHRER, A.; FEDER, E. (Org.). (1992) Frames, fields and contrasts: new essays in semantic and lexical organization. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

suficiente? Dessa maneira iremos trazer conceitos de antonímia no viés de teóricos conceituados a fim de responder a esse questionamento.

Tamba (2006, p.97) pondera que “[...] o termo antonímia cunhado em meados do século XIX, tende a ser utilizado hoje em semântica para designar uma relação de contrário, oposta à sinonímia” e acrescenta que:

[...]diferentemente dos sinônimos, contudo, ela não conecta apenas unidades lexicais sem relação morfológica entre si (limpo/sujo), mas também antônimos derivados de um termo positivo por prefixação negativa/privativa, (limpo/não-limpo; próprio/impróprio; fazer/desfazer) ou por alternância de um elemento de composição (doente/bem-disposto) (Ibidem. p. 98).

Ao analisarmos o Dicionário de Linguística, em Dubois (1973, p. 56), referente à antonímia, encontramos as seguintes definições: “antônimos são unidades de sentidos contrários: essa noção de “contrário” define-se em geral em relação a termos vizinhos, os complementares (macho vs. Fêmea) e os recíprocos (vender vs. Comprar) [V. COMPLEMENTARIDADE, RECIPROCIDADE]”

Ainda acordo com o Dubois (Ibidem, p.57):

Pode-se tomar como exemplo de antonímia a oposição bonito/feio. Para defini-la, usa-se habitualmente a operação ou teste de comparação, que põe em evidência uma das suas características, a gradação. Compara-se a qualidade representada pelo adjetivo e um grau mais alto dessa qualidade (comparativo), como em ‘Maria é mais feia que Cecília’, ou então, comparando-se dois estados da mesma coisa ou do mesmo ser no tempo ou no espaço, como em ‘Nossa casa é agora mais bonita que antes’. Dir-se-á então que há antonímia quando ‘Nossa casa é mais bonita que a sua (é bonita) implica, sua casa é mais feia que a nossa (é feia)’. Isto é, sendo SN1, ‘nossa casa’, SN2, ‘sua casa’, sendo que x o adjetivo ‘bonito’, y, o adjetivo ‘feio’, sendo x e y as unidades suscetíveis de gradação geralmente por mais, representando T o tempo, M o modo.

Cançado (2008, p.45) afirma que “[...] essa opositividade, em relação às palavras definidas pela antonímia, são insuficientes, pois os sentidos das palavras podem se opor de várias formas [...]” e delimita alguns tipos de oposição existentes em relação à antonímia:

O primeiro tipo é a antonímia binária ou complementar; ou seja, são pares de palavras em que, quando uma é aplicada, a outra, necessariamente, não pode ser aplicada. Exemplo: a) morto/vivo; b) móvel/imóvel e c) igual/diferente. Nesse sentido, fica depreendido que se usarmos a palavra morto, para qualificar o estado de alguém e/ou alguma coisa em um contexto, obrigatoriamente não poderá estar vivo em um mesmo contexto.

O segundo tipo de antonímia é a inversa. Esse processo ocorre quando uma palavra descreve a relação entre duas coisas e/ou pessoas, assim como se outra palavra descrevesse essa mesma relação, mas em ordem inversa. Exemplo: a) pai/filho; b) menor que/maior que. Assim, a linguista explica que se em (a) x é pai de y, então y é filho de x. Nessa perspectiva, temos uma relação inversa, tanto pra x, quanto pra y, do mesmo modo ocorre em (b).

O terceiro tipo consiste na antonímia gradativa, à qual acontece quando as palavras estão nos terminais opostos de uma escala contínua de valores. A negação de um termo não implica a afirmação do outro. Ou seja, em uma escala, geralmente varia de acordo com o contexto usado. Exemplo: a) quente/frio; b) alto/baixo.

Cançado (2008, p. 46) explica que entre quente e frio há morno, assim como entre alto e baixo há médio. Portanto, como podemos afirmar que, quente e frio, alto e baixo são opostos sendo que entre eles há um meio termo? Dessa maneira, faz-se necessário que compreendamos o contexto em que essa palavra está inserida, pois essa relação gradativa é mais tipicamente adjetiva.

Cançado (2008, p.47) ressalta, ainda, que:

[...] no caso de antonímia, é de suma importância verificar se essas palavras combinam com expressões tipo meio, um pouco, muito etc. Por exemplo, temos expressão meio quente, muito alto mais não temos um pouco pai e nem meio morto.

Com isso, vimos que o conceito de antonímia não se prende apenas a uma definição. Ou seja, a de uma relação de palavras opostas, pois essas palavras dependem de um contexto para que tenhamos um sentido inerente.

1.4. Algumas observações sobre a sinonímia

Segundo Dubois, a sinonímia pode ter duas acepções diferentes, ditos em um único enunciado isolado ou intercambiáveis em todos os contextos, sendo:

Dois termos são ditos sinônimos quando têm a possibilidade de se substituírem um ao outro num único enunciado isolado (para uma palavra dada, a lista de sinônimos é então importante), ou os dois termos são ditos sinônimos (sinonímia absoluta) quando são intercambiáveis em todos os contextos. Ressalta-se que não existem verdadeiros sinônimos senão entre duas línguas funcionais (por exemplo, em português, em zoologia, a nomenclatura científica e a nomenclatura popular oferecem numerosos exemplos de sinonímia absoluta). Além disso, duas unidades podem ter o mesmo referido e só se empregar em contextos diferentes: ‘o copo de pinga é, sem dúvida, um copo de aguardente’, mas o aparecimento de um ou de outro

depende de tais restrições que há poucas oportunidades de eles serem facilmente intercambiáveis se tivermos em conta o contexto sociocultural. É mais em termos de graus que se pode falar em sinonímia; ela tornar-se-á, assim, simplesmente a tendência das unidades do léxico de terem o mesmo significado e de serem substituíveis umas pelas outras. Resumindo: a sinonímia pode ser completa ou não, total ou não (1973, p. 556).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a sinonímia depende do contexto, muito mais que as outras relações de sentido. Dessa forma, Cançado (2008, p.41) relata que “[...] a sinonímia lexical ocorre entre pares de palavras e expressões, entretanto, definir exatamente essa relação é uma questão complexa, que vem perseguindo estudiosos da linguagem há séculos”.

Cançado (2008) recorre a Ilari e Gerald (1987) para mostrar que para duas expressões serem sinônimas, não basta que tenham a mesma referência no mundo, por exemplo:

- (1) a. Os alunos de linguística da FALE; b. Os alunos mais legais da FALE;
- (2) a. Todo careca sonha descer uma ladeira de bicicleta com os cabelos soltos ao vento; b. Todo calvo sonha descer uma ladeira de bicicleta com os cabelos soltos ao vento;
- (3) a. O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser Chamado de careca; b. O Argemiro não se irrita quando o chamam de careca, mas não suporta ser Chamado de calvo (ILARI; GERALD, 1987, p. 44-45 apud CANÇADO, 2008, p.41-42).

Diante desses exemplos, temos três expressões com sentidos diferentes, pois segundo a autora, no exemplo (1) não basta dizer que os alunos de linguística da FALE são os mais legais. Afinal, se o dissermos nos baseando apenas nas referências (a) e (b), estaremos nos reportando a um mesmo grupo de pessoas no mundo, pois, para serem sinônimas, as referências teriam que ter o mesmo sentido.

No exemplo (2) e (3), ela considera que há uma divergência entre as palavras ‘calvo’ e ‘careca’, pois não elas são consideradas sinônimas no exemplo (3), como ocorre no exemplo (2), em que ao substituirmos a palavra ‘calvo’ da expressão (a) por ‘careca’, em (b), seu valor semântico não será prejudicado. Enquanto no exemplo (3), tanto em (a), quanto em (b), seu valor semântico torna-se prejudicado, pois não é “[...] possível pensar em sinonímias de palavras fora do contexto em que são empregadas” (CANÇADO, 2008, p. 42).

Hoffmann (2014, p. 42) explica que “os sinônimos são sempre correferenciais, pois denotam o mesmo objeto, indivíduo ou fato. Os sinônimos aparecem como palavras empregadas, em um determinado contexto, designando a mesma realidade. Nesse sentido, a sinonímia é uma relação de designação diversa de um mesmo referente”.

Nessa perspectiva, depreende-se que é ineficiente buscarmos pela identidade de sinonímia apenas por palavras semelhantes, pois a sinonímia é mais textual do que lexical. Ou

seja, seu sentido pode se tornar verdadeiro ou falso, dependendo, em suma, da referência que se enuncia.

1.5 A semântica da palavra morte

Em meio a tanto caos instaurado, na contemporaneidade, por conta da Pandemia do Novo Coronavírus (*Sars-Cov-2*), vivemos rodeados pela presença constante da morte, que, em contrapartida, nos faz repensar e refletir, a cada momento e, a cada instante, a respeito de nossas aflições e o significado da relação viver/morrer, tanto em seu sentido real, quanto em seu sentido figurado.

Como um dos nossos objetivos de pesquisa é o de buscarmos defender que, nem tudo que se refere à morte é ruptura de vida, viemos, nessa subseção, trazer alguns significados estáveis de morte, em estado de dicionário para que, a partir deles, façamos nossas contribuições no momento das análises.

São muito amplas as formas de se definir ‘morto’, ‘morte’ e ‘morrer’. Começamos, primeiramente, com o Dicionário Aurélio (2007, p. 565), onde, do ponto de vista semântico é definido como ‘Morte’, como ‘destruição’, ruína, fim. Ato de morrer. No sentido figurado pesar profundo (dor). Já a unidade “morto” é definida por alguém que já morreu, defunto, falecido. O fim da vida animal ou vegetal (murcha ou seca). No sentido figurado, define-se morto como extinto, apagado, exausto, paralisado, sem brilho, etc. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2007).

Entretanto, ‘morrer’ é definido como perder a vida, falecer, finar-se, expirar, desaparecer, descansar. No sentido figurado, temos expressões como: abotoar (gíria), espichar e esticar (popular), perder (a planta) o vigor, parar de funcionar. Experimentar, em grau muito intenso (sentimento, desejo, sensação, etc.), ou expressão como “morrer na praia”, popularmente conhecido como “fracassar na etapa final”.

Fora dos dicionários, vemos significados de ‘morte’ atrelados a: coruja, corvo, escuridão, preto, noite, caveira, ceifador, ampuheta, etc. Isso ocorre porque a sociedade, sobretudo a ocidental, vê a morte como um tabu, uma espécie de medo de pronunciá-la. Desse receio, surge o uso comum da figura de linguagem conhecida por “eufemismo”. No dicionário Aurélio (2007, p.384) “[...] eufemismo é o ato de suavizar a expressão duma ideia substituindo a palavra apropriada por outra mais cortês”.

Para Dubois (1973, p. 255) eufemismo é definido como:

[...] toda maneira atenuada ou suavizada de exprimir certos fatos ou ideias cuja crueza pode ferir. Na antífrase, o eufemismo pode ir até o uso de uma palavra

ou de um enunciado que exprime o contrário daquilo que se quer dizer. Assim, dizer de Pedro que ele *é muito prudente* pode não ser um eufemismo para indicar que ele é muito medroso.

Já os gramáticos Nicola e Infante (1994, p. 437-438) argumentam que o eufemismo é de origem grega *eufemismos*, que significa ‘dizer bem’, ‘dizer agradavelmente’. Para falar da morte, é comum alguns médicos usarem eufemismos para dizerem que o paciente morreu ou está morrendo, por exemplo: “estamos perdendo o paciente”, “o perdemos” ou quando querem dar a notícia da morte para seus familiares dizem: “não resistiu à operação”, “fizemos tudo que pudemos”, “sinto muito”, etc.

Podemos encontrar eufemismo, também, para ‘morte’, formados por sintagmas que identificam a alma e/ou o espírito com a vida e essa vida está sendo entregue, como “entregar a alma”, “dar o espírito”, “exalar o último suspiro”, “perder a vida”, “descansar em paz”, às quais outorgam, ao indivíduo, a faculdade de ceder e/ou devolver a alma a Deus.

Outras expressões, também, referentes à ‘morte’, se encontram quando nos referimos a Deus e ao Diabo, por exemplo, dependendo da situação do “morto” (bem ou mal) como: “dormir em Deus”, “estar com Deus ou “queimar no mármore do inferno”, “apodrecer no inferno”, etc.

Diante das informações referentes aos dicionários pesquisados, os quais apresentamos no tópico seguinte, encontramos, também, expressões de transitividade, metáfora e aos gestos das pessoas como: “subiu para o céu”, “desceu à terra”, “apagou-se a luz”, “esticou as canelas”, etc.

1.5.1 Os sentidos dicionarizados da tríade “morte, morto e morrer”.

Nesta subseção, tratamos a respeito do significado da tríade ‘morto, morte e morrer’ por meio dos dicionários Aurélio (2001), Houaiss (2011), Filosofia (1977), Michaelis (2019), Infopedia (2003) e o Priberam da Língua Portuguesa (2019). Nossa proposta, nesse momento, é a de entender como alguns dos dicionários mais renomados do português brasileiro registram ‘morte’, ‘morto’ e ‘morrer’.

1.5.1.1. Os conceitos de morto, morte e morrer

De acordo com o Dicionário Aurélio (2001, p. 472) o conceito de morte consiste no “[...] ato de morrer, cessação da vida. Destruição, ruína. Pesar profundo”.

O Dicionário Houaiss (2011, p. 679) conceitua a morte como o “[...] fim da vida; término de qualquer coisa; grande pesar”. Os referidos conceitos, atribuídos à morte, apontam para o sentido da inexistência do ser humano, assim como à destruição de suas realizações e de seu futuro.

De acordo com o Brugger (1977) ‘morte’ vem significando. *s.f.* Ato de morrer. ADAG; “Contra a morte não há remédio”. *BIOL. e FISIOL.* A morte apresenta-se como um estado terminal inexorável da evolução de toda a matéria viva. *TEOSOF.* Segundo as doutrinas teosóficas, a estadia no plano astral dos mortos vulgares pode durar apenas algumas horas ou atingir anos ou mesmo séculos, conforme o grau de evolução espiritual atingido durante a sua existência no mundo físico, o gênero de vida que levaram na Terra, os desejos que acalentaram e a espécie de matéria que atraíram para si.

Brugger (Ibidem) afirma que ‘morte’ vem do *lat. Mortem* e que a morte é, antes de tudo, um fenômeno biofisiológico que, portanto, afeta todos os seres vivos corpóreos e consiste na cessação da vida. Esta cessação manifesta-se pela extinção das atividades vitais: crescimento, assimilação e reprodução no domínio vegetativo; consciência e apetite sensoriais, juntamente com o movimento destes resultantes, no domínio sensitivo. Conceitua, também, no âmbito da Doutrina Espírita, que ‘morte’ é o desprendimento total do Espírito do corpo físico, em consequência da ruptura do laço fluídico, que prende e/ou liga um ao outro, quando então há o falecimento.

De acordo com Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (2019) ‘morte’ tem vários significados, entre os quais:

1. Cessar de viver; acabar, apagar, apitar, bafuntar, campar-se, defuntar, desaparecer, descansar, desencarnar, desviver, embarcar, emborcar, empacotar, espichar, esticar, estuporar-se, expirar, falecer, faltar, fenecer, finar-se, ir, ir-se, perecer, pifar, sucumbir, abotoar o paletó, adormecer no Senhor, assentar o cabelo, bater alcatra na terra ingrata, bater a caçoleta, bater a pacuera, bater as botas, bater o pacau, bater o prego, bater o trinta e um de roda, botar o bloco na rua, dar a alma a Deus, dar o couro às varas, dar o último alento, dar o último suspiro, descer à cova, desinfetar o beco, desocupar o beco, entregar a alma a Deus, entregar a rapadura, esticar a canela, esticar o pernil, esticar os cambitos, fechar o paletó, ir desta para a melhor, ir para a cacuia, ir para a cucuia, ir para o beleléu, largar a casca, quebrar a tira, vestir o paletó de madeira, vestir o pijama de madeira, virar presunto: O motoboy foi socorrido, mas morreu antes de chegar ao hospital.

Da classificação verbal, ‘morrer’ pode ser entendido como:

[...] **Verbo intransitivo:** 2. Deixar de ser visto; desaparecer: Aos poucos o sol foi morrendo. **Verbo de ligação:** 3. Perder a vida sob certa circunstância: De

nada adiantou tanta luta, pois morreu pobre. **Verbo intransitivo**: 4. Cair no esquecimento: A impressão que dá é que as palavras românticas morreram. **Verbo intransitivo**: 5. Chegar ao fim, após um determinado tempo: Mesmo dando origem a outras línguas, o latim acabou morrendo. **Verbo intransitivo**: 6 *fig.* Ter experiência da perda de algo que se acreditava ter para sempre: O amor que unia o casal simplesmente morreu. **Verbo transitivo indireto**: 7. Chegar ao fim em algum lugar, após um determinado trajeto: Não podemos seguir adiante, pois a trilha morre no pé da montanha. **Verbo transitivo indireto**: 8. Experimentar um sentimento com grande intensidade: Mande pelo menos uma foto, pois estou morrendo de saudade. **Verbo intransitivo**: 9. Não chegar a ser concluído: O plano morreu devido à falta de verba. **Verbo intransitivo**: 10. Cessar o movimento: Se não pisar no acelerador, o carro vai morrer. **Verbo transitivo indireto e verbo pronominal** (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2019, **grifos nossos**).

O Dicionário Michaelis (2019) postula, ainda:

Sm., O fim da vida; morte: O morrer não significa nada para aquele que crê na vida eterna. **Expressões**: Morrer de rir: rir muito, de modo descontrolado. Lindo de morrer, *coloc*: de excessiva beleza. Morre não morre, *coloc*: diz-se de indivíduo em estado terminal. **Etimologia**: *lat vulg *morĕre*., (**grifos nossos**).

Segundo o Dicionário Infopédia (2003) ‘morte’¹³ traz os seguintes significados: mor.te, ‘mɔrt(ə), nome feminino, além de:

1. Ato ou efeito de morrer; 2. Interrupção definitiva da vida; termo da existência; 3. MEDICINA cessação das funções vitais; 4. Desaparecimento gradual; acabamento, fim; 5. Ato ou efeito de matar; homicídio; 6. Extinção total; destruição; 7. Figurado causa de ruína, desgraça; 8. Figurado grande desgosto, sofrimento intenso; 9. Pena capital; 10. [com maiúscula] representação iconográfica ou figura imaginária que personifica o poder que extingue a vida, geralmente apresentada sob a forma de um esqueleto humano envergando uma túnica escura com capuz e carregando uma gadanha.

No campo da medicina, o Dicionário Infopédia (2003) traz que:

- MEDICINA: morte aparente/clínica. Cessação de algumas funções vitais, geralmente com paragem cardíaca e respiratória e perda de consciência, em que pode ocorrer reanimação. – MEDICINA: morte cerebral Cessação permanente da regulação cerebral das funções respiratórias, circulatórias e outras atividades reflexas, mantendo-se a vida apenas com recurso a dispositivos mecânicos que colmatam essa falta. -Morte natural, morte que ocorre na sequência de um processo natural (de envelhecimento ou doença). - Morte súbita 1. Morte repentina ou inesperada.

¹³ **Morte** in Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morte>. Acesso em: 27 ago. 2019.

No quesito desporto, o Dicionário Infopedia (2003) registra que:

2. DESPORTO: situação em que, após um empate, ganha quem primeiro marcar pontos as portas da morte, prestes a morrer, caso de vida ou morte, situação de emergência, pensar na morte da bezerra, estar distraído, irónico ser a morte do artista, ser um fracasso. Do latim *morte*, «idem».

No que se refere aos sinônimos e antônimos, o Dicionário Infopedia (2003) considera que:

SINÔNIMOS: parca, acabamento, decesso, defunção, destruição, extinção, exício, falecimento, fenecimento, fim, finamento, libitina, ocaso, passamento, perdição, ruína, transe, trespasse, trânsito, túmulo, vindima, óbito. ANTÔNIMOS: nascença, nascimento (DICIONÁRIO INFOPEDIA, 2003).

No dicionário Priberam (2008)¹⁴ encontramos os significados de “morte” da seguinte maneira:

Latim mors, mortis). Substantivo feminino: 1. Ato de morrer. 2. O fim da vida. 3. Cessação da vida (animal ou vegetal). 4. Destruição. 5. Causa de ruína. 6. Termo, fim. 7. Homicídio, assassinio. 8. Pena capital. 9. Esqueleto nu ou envolto em mortalha, armado de foice, que simboliza a Morte. De má morte: que não presta para nada. De morte. De modo a causar a morte (ex.: ferido de morte). = LETALMENTE, MORTALMENTE. De modo muito intenso. = INTENSAMENTE, PROFUNDAMENTE. Que causa morte. = LETAL, MORTAL. Que é intenso (ex.: ódio de morte). Que é muito engraçado (ex.: aquele gajo é de morte). **Morte civil**. Estado do que perde todos os seus direitos civis por pena infamante. **Morte macaca**. [informal] Morte inglória ou em circunstâncias desastrosas. **Morte natural**. Não violenta. Pensar na morte da bezerra. Estar distraído. **Ser bom para ir buscar a morte**. [Informal]. Diz-se de alguém que é lento, que demora muito tempo a realizar determinada tarefa. Palavras relacionadas: in limine mortis, tanato-, eutanásia, cacotanasia, rigor mortis, tânatos, in articulo mortis (DICIONÁRIO PRIBERAM, 2021, não paginado, **grifos nossos**).

Com base no que foi registrado em dicionário, acerca dos usos e dos sentidos estáveis (consensuais) de ‘morte/morrer’, notamos que não se restringem às informações linguísticas, já que apresentam, também, aspectos contextuais e interdisciplinares que dialogam com as questões socioculturais em que os verbetes estão inseridos.

Quando se observam tantos aspectos atrelados à etimologia, à diacronia, à construção sinonímica e à aceção de ‘morte/morrer’, saltam aos olhos traços das escolhas ideológicas e

¹⁴ Morte, In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/morte> [consultado em 28-09-2020].

contextuais em seu registro, o que nos leva a reafirmar que é o espaço do enunciado, (e da enunciação, portanto), aquele responsável a se pensar o comportamento semântico desse par.

1.5.2 ‘Morto, ‘Morte’ e ‘Morrer’ além dos dicionários

“O gosto de minha morte na boca deu-me perspectiva e coragem. O importante é a coragem de ser eu mesmo”.

(FRIEDRICH NIETZSCHE)

Gurgel (2007, p.60) afirma que “[...] nem todas as pessoas entendem a mesma coisa diante da mesma palavra”. Como falamos nas subseções anteriores, o que as pessoas entendem pela tríade ‘morto, morte e morrer’, às vezes pode ser bem diferente do entender de outra. Ou seja, seu sentido depende das referências e circunstâncias em que estas unidades são ditas.

Vejamos o raciocínio de Ariés em relação às atitudes dos humanos diante da morte:

Vastos são os labirintos da mente humana, capazes de abrigar as mais diferentes formas de pensamentos e acenar para a humanidade com possibilidades infinitas, diante de um tema que ao ser evitado não se torna desencantado, muito pelo contrário. Leva todos os seres a refletirem e buscarem os sentidos particulares que suas existências e a morte tem para cada um. Trata-se do destino certo, tal qual a luta pela vida. Torna-se a pergunta sem resposta que a arte e a esperança humana vão tentar trazer em suas profundas expressões. (1975, p.96).

Dessa maneira pode-se dizer que tanto nos dias de hoje como na Antiguidade percebemos um repúdio da sociedade relacionado a morte inerente a vida, e isso faz com que esse assunto seja evitado (tabu), pois há tanto medo da morte e muito amor à vida, ou seja, quem de nós não gostaríamos de passar do plano efêmero para o plano eterno?

Segundo Shuler (2001, p.96), “morremos todos os dias, Morte são também nossas decepções, projetos falidos, nossas ideias abortadas. Morte é tudo o que nega a vida”.

Nessa perspectiva dizemos que a sombra da morte paira por tudo que está ao nosso redor. O sentido da morte não está apenas no corpo físico do ser humano, na finitude de falência de órgãos, mas, sim em nosso dia-a-dia como também, o morrer e o estar morto depende da maneira que enxergamos e tratamos os ciclos da vida.

Nascemos, crescemos, reproduzimos, envelhecemos e morremos, mas será que a morte está apenas no final de nossas vidas? A morte encontra-se presente em cada estágio que se vive, essa passagem da infância, adolescência e vida adulta já é um tipo de morte, romper laços de amizades, a mudança do dia para a noite, cortar os cabelos, a perda de um grande amor e muitas outras coisas são um tipo de morte e essa morte não pode ser tratada apenas como uma oposição a vida.

O enfoque do tema da morte em nosso trabalho é mostrar evidências de que a morte está presente em tudo que fazemos ou enunciamos e que nem todas as vezes morte é complemento de vida, ou seja, oposição.

Segundo Combinato e Queiroz (2006), em seu artigo “Morte: uma visão psicossocial”, aborda que Vigotsky afirma que a ciência assimilou muito bem o conceito de vida, mas não conseguiu explicar o da morte. Vejamos:

A morte é interpretada somente como uma contraposição contraditória da vida, como a ausência da vida, em suma, como o não-ser., mas a morte é um fato que tem também seu significado positivo, é um aspecto particular do ser e não só do não-ser; é um certo algo e não o completo nada. (VIGOTSKI 1996, p. 265 *apud* COMBINATO; QUEIROZ, 2006, p.213).

Desse modo podemos observar que há vários tipos de mortes em vida, e dentre essas, usamos também expressões ligadas à morte afim de enfatizar algo. Essas expressões são chamadas de expressões idiomáticas¹⁵, elas ocorrem quando um termo ou frase assume significado diferente daquele que as palavras teriam isoladamente e são encontradas no linguajar diário como no rádio, noticiários, letras de músicas, discurso de políticos, na literatura etc.

Outro conceito de expressão idiomática é trazido por Duarte¹⁶, a autora aborda que as expressões idiomáticas são aquelas que perante os estudos linguísticos, são destituídos de tradução e são considerados como aquilo que chamamos de variações da língua, uma vez que retratam traços culturais de uma região.

Pedro, em seu texto “As expressões idiomáticas no ensino de português como língua estrangeira para estudantes uruguaios” (2007, p.39), diz que as expressões idiomáticas, presentes em todas as línguas, são parte da cultura de uma comunidade linguística. A autora faz uma citação de Palmer (2000) referente à inclusão da cultura na língua.

¹⁵ "Expressões Idiomáticas" em *Só Português*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2021. Consultado em 16/09/2021 às 21:12. Disponível na Internet em <https://www.soportugues.com.br/secoes/expressoesIdiomaticas/>

¹⁶ DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. "Expressões idiomáticas "; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/portugues/expressoes-idiomaticas.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

Vejamos:

[...] a cultura, incluindo a língua – é todo o inventário de conhecimento tradicional de uma sociedade, uma construção social em constante processo de acumulação, formada por imagens parcialmente compartilhadas. Essas imagens são tomadas da visão do mundo, ou seja, do conjunto de valores, atitudes, emoções e da ética de uma comunidade linguística. A visão do mundo subjaz tanto às construções gramaticais quanto às expressões figurativas. Assim, a língua remete ao mundo de nossas experiências cotidianas, incluindo a realidade social, a realidade cultural e a realidade simbólica. Contudo, [...] a língua não faz referência, necessariamente, ao mundo sensorial externo, mas às imagens que se encontram na mente de falantes e ouvintes e que dão origem às construções metafóricas presentes nas expressões idiomáticas (PALMER, 2000, apud PEDRO, 2007, p. 39).

Em Pedro (2007, p.40 apud ALVAREZ, 2002, p. 199), encontramos outra citação relevante sobre as expressões idiomáticas:

Entendemos por expressão idiomática a combinação (sintagma) metafórica de traços característicos próprios que se cristalizou pelo uso e frequência de emprego (passando do individual para o social) numa determinada língua, apoiada na sua tradição cultural. Do ponto de vista estrutural, ela representa uma *lexia*¹⁷ indecomponível e está constituída de mais de uma palavra. Do ponto de vista semântico, o significado dos seus elementos constituintes não corresponde ao sentido geral do todo, o sentido global do conjunto não é igual à somatória de suas partes; portanto, a interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos seus elementos.

Para um melhor entendimento sobre o que seria expressões idiomáticas¹⁸ trouxemos alguns exemplos usados no dia-a-dia como: *está cortado!* Define-se como morrer/ser, barriga para cima! No sentido de morto em um contexto informal, cruzou o Jordão! Define-se como alguém ou algo que morreu, usados em contextos bíblicos, ponte do arco-íris! No sentido de estar morto e ir direto para o encontro da vida.

Nesse sentido pode-se dizer que o tema da “morte” também não escapa dessa discussão, conforme podemos ver nos seguintes ditos populares do português brasileiro: ‘Pensar na morte da bezerra’, ‘o seguro morreu de velho’, ‘pau que nasce torto morre torto’, “a esperança é a última que morre”, “sogro rico e porco gordo só dão lucro quando morto”, “rei morto rei posto” etc.

Muitas expressões que usamos hoje nasceram há séculos atrás, com outra forma e outro sentido. A tradição oral se apropria das palavras e promove mudanças de sentido de acordo com

¹⁷ Welker (2004, p. 19) explica que *lexia* pode ser um lexema, ou seja, uma palavra com sentido próprio; um gramema, ou seja, um morfema gramatical - artigo, pronome, advérbio, preposição –, ou um lexema combinado a um ou mais gramemas, por exemplo: casas, dormiu, bonita.

¹⁸ https://stringfixer.com/pt/List_of_expressions_related_to_death

o contexto histórico. O professor de Língua Portuguesa Reinaldo Pimenta¹⁹, no *site* GAZETA DO POVO diz, que a história das palavras é a história do próprio homem, pois “Elas nascem e atravessam idiomas, mudando quase sempre na forma – para se adaptarem à fala de um povo – e muitas vezes no conteúdo, revelando o olhar e o pensar dos novos usuários”, escreveu na apresentação do livro *A Casa da Mãe Joana*, (PIMENTA, 2002).

Em adição às expressões idiomáticas, tanto os provérbios, quanto os ditos populares, muito colaboram para pensarmos o funcionamento semântico da tríade ‘morto, morte e morrer’ no contexto popular.

Xatara e Succi, em seu artigo “Revisando o conceito de provérbio”, trazem várias definições do que seria o significado de provérbios nos vieses de teóricos conceituados, mas como cada qual traz uma definição diferente e ainda por cima complexa, para facilitar nossa compreensão as autoras decidiram conceituar o significado de provérbio da maneira que elas entendem. Vejamos:

Para nós, provérbio é uma unidade léxica fraseológica fixa e, consagrada por determinada comunidade linguística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar (XATARA; SUCCI, 2008, p. 35).

Nesse sentido, pode-se dizer que o provérbio é uma frase poética no intuito de transmitir uma lição moral educativa em relação a quem precise ouvir. Já para Santos (2018) os ditos populares compõem uma parte de cada cultura, a fim de expressar significados religiosos, morais e filosóficos, uma vez que:

Os ditados aparecem no cotidiano como um meio de comunicação e é possível empregá-los em muitos momentos da vida, na maioria das vezes em momentos nos quais se necessitam de conselhos, ensinamentos e reprovações. Traduzem a sabedoria popular e podem ser utilizados em diversos contextos (SANTOS, 2018, p. 11).

Diante das colocações acerca do provérbio e do dito popular, percebemos que o que os distingue é de caráter bem sutil. Embora transmitam o mesmo sentido e sejam expressões usadas no dia a dia, de maneira coloquial, no intuito de se passar uma mensagem moralista, filosófica e/ou religiosa, os provérbios são frases poéticas conhecidas no mundo todo e os ditos são frases regionais de autores desconhecidos.

¹⁹ Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/saiba-a-origem-e-o-significado-de-ditados-e-expressoes-7mu2mzff2rupm53odgg4vwu3e/> Copyright © 2020, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

Outro conceito que emerge na discussão que fazemos, neste trabalho, é o de “sentido figurado”. Para falar do sentido figurado, trazemos definições nos vieses de duas gramáticas diferentes, das quais: *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, de José de Nicola e Ulisses Infante (1994), assim como da *Nossa Gramática Teoria e Prática do Português*, de Luiz Antonio Sacconi (2011).

Nicola e Infante (1994) referem-se ao sentido figurado como figura de linguagem e dizem que a “[...] linguagem por ser uma atividade intelectual, é exclusiva do homem; ao pronunciar uma palavra o homem está expressando um determinado estado mental” (NICOLA; INFANTE, 1994, p. 431). Em outras palavras, os teóricos relatam que para a linguagem cumprir sua função de comunicação, deve haver um significado.

Segundo Nicola e Infante:

O homem tem imaginação criadora e a usa frequentemente. Dessa forma, na linguagem humana, uma palavra pode ter seu significado ampliado, remetendo-nos a novos conceitos por meio de associações, dependendo de sua colocação numa determinada frase (1994, p. 431).

Os gramáticos Nicola e Infante (1994) trazem dois exemplos a fim de demonstrarem melhor esta definição, sendo: a) Ele está com a **cara** manchada e b) “Deus me fez um **cara** fraco, desdentado e feio” (CHICO BUARQUE DE HOLANDA). Em (a), Nicola e Infante (1994) explicam que a palavra ‘cara’, inserida na primeira sentença, traz o sentido de rosto conforme consta no dicionário, ou seja, seu valor real. Já em (b), ‘cara’ subentende-se que se trata de uma pessoa.

Sacconi (2011, p. 436) pondera que “[...] linguagem figurada é aquela usada fora dos padrões normais da comunicação” e que são desvios das normas gerais de linguagem (Ex.: Tarde tímida; A luz da inteligência; Quebrar o silêncio) e ressalta, ainda, que as mais importantes figuras de palavras são os **tropos** (metáfora, metonímia, catacrese e antonomásia) e as **figuras de sintaxe** (elipse, pleonismo, anacoluto, silepse e hipérbato).

Das explanações que Sacconi (2011) traz, das figuras de linguagem, focamos na metáfora, uma vez que a julgamos de maior contribuição a este trabalho. Segundo ele, metáfora é o emprego de palavra fora do seu sentido normal, por efeito de analogia (comparação). Exemplos: 1) A Amazônia é o **pulmão** do mundo e 2) Na sua mente **povo**a só maldades. O linguista explica-nos que, no primeiro exemplo, temos a metáfora impura, pois estão presentes os dois termos da comparação (Amazônia-Pulmão), onde, Amazônia está sendo comparada como o pulmão do mundo, ou seja, no sentido de ser importante à sobrevivência da humanidade.

Já no segundo exemplo, temos a “[...] metáfora pura, pois não está presente nenhum termo da comparação” (Ibidem, p. 436).

Sacconi (2011) ressalta, também, que dentre as figuras de linguagem, situam-se as figuras de pensamento, tais como: hipérbole, litotes, eufemismo, ironia, prosopopeia, (ou personificação) e antítese (ou contraste). Das figuras de pensamentos, trazemos, apenas, a definição de hipérbole, que também se encontra presente nas análises de nosso trabalho. “Hipérbole é o exagero na afirmação” (Ibidem, p. 443), Ex.: ‘Morrer de estudar’, ‘Morto de cansaço’ e ‘Morte da literatura’.

Diante do que vimos argumentando, trazemos, ainda, alguns exemplos de provérbios, ditados populares e citações com a tríade lexical morto/morte/morrer.

Dos provérbios, encontramos: a) Conselho de raposas, morte de galinha; b) Vida sem amigos, morte sem castigo; c) O amor é forte como a morte; d) A morte abre a porta da fama e fecha a da inveja; e) A morte despe-nos dos nossos bens para nos vestir das nossas obras; f) Entre a vida e a morte; g) Sonhar que cai um dente é morte de parente e h) Antes morte que tal sorte.

Dos ditados populares, trazemos: a) O seguro morreu de velho; b) Fazer a gata morta e c) Então? Está pensando na morte da bezerra?

Já das citações encontradas na *internet* com a expressão morte, encontramos: a) “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las” (EVELYN BEATRICE HALL); b) “Os covardes morrem várias vezes antes da sua morte, mas o homem corajoso experimenta a morte apenas uma vez” (WILLIAM SHAKESPEARE); c) “A fama é para os homens como os cabelos - cresce depois da morte, quando já lhe é de pouca serventia” (ALBERT EINSTEIN) e d) “Que o teu trabalho seja perfeito para que, mesmo depois da tua morte, ele permaneça” (LEONARDO DA VINCI).

Sentido figurado²⁰, ex.:

- a) Joãozinho está morto de sede; b) ela estava morrendo de rir da piada dele;
- c) A vida e a morte: duas figuras de uma mesma moeda; d) A professora de matemática é a morte em pessoa; e) Joãozinho morria de amores por Joana; f) A moto morreu na ladeira; g) você morreu para mim; h) acordar cedo para mim é a morte e i) Joãozinho matou aulas de português!

²⁰ <https://pt.thpanorama.com/blog/cultura-general/50-ejemplos-de-sentido-figurado.html>

Como vimos, as expressões, provérbios, ditados, citações, frases feitas, etc., que fazem parte da compreensão cotidiana do homem, estão mapeadas no sistema conceitual, pois a metáfora mantém uma relação intrínseca com a produção de sentidos, com as maneiras de construir, socialmente, experiências a partir de outras que já foram legitimadas, significadas e ditas na história.

2 BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE LINGUAGEM E SUA RELAÇÃO COM AS LÍNGUAS E O SENTIDO

“Abstraindo-se a necessidade de comunicação do homem, a língua lhe é indispensável para pensar, mesmo que tivesse de estar sempre sozinho”.

(HUMBOLDT).

As relações entre homem e linguagem, ao longo dos estudos em ciências humanas, foram deixando alguns aforismos pelo caminho, os quais sustentam grande parte dos trabalhos destinados às investigações destas relações.

Destacamos, então, dois possíveis, o primeiro, o pensamento de Hall (1968, p. 158 apud Lyons, 1987, p. 18) que nos diz que a Linguagem é o meio de comunicação e de interação entre os homens e, também, o pensamento de Benveniste (2005, p. 286) que define linguagem como o meio pelo qual o homem se define e se constitui como sujeito. Arelados ao primeiro aforismo encontramos, na maioria, trabalhos de gramáticos.

Sacconi (2011, p.03) entende que “a linguagem é a faculdade que possui o homem de poder expressar seus pensamentos. Ela envolve sons e sinais de que pode servir-se o homem para transmitir suas ideias, sensações, experiências, etc.”

Já do ponto de vista de Coutinho (1976, p.21) a linguagem pode ser entendida “[...] como um conjunto de sinais de que a humanidade intencionalmente se serve para comunicar suas ideias e pensamentos”.

Barros (1985) concebe o conceito de linguagem como sendo:

[...] uma atividade humana e cultural. É um fenômeno dinâmico e condição indispensável para a existência de qualquer comunicação. Embora diversificada em sua realização concreta, é a linguagem um fenômeno universal e uno em sua essência (1985, p. 26).

Partindo às reflexões que se sustentam pelo segundo aforismo, nos deparamos com as ponderações de Chauí (2000, p. 172) que nos orienta, por meio das análises de sua obra *Convite à Filosofia*, a pesquisadora recorre às considerações de pensadores, tais como Aristóteles, Rousseau, Hjelmslev, Platão e, até mesmo, a “Bíblia Judaico Cristã” para chegar ao conceito e a algumas reflexões de linguagem.

Chauí começa afirmando que Aristóteles e Rousseau seguem a mesma linha de pensamento, ao passo em que:

Aristóteles afirma que somente o homem é um “animal político”, isto é, social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem. Os outros animais, escreve Aristóteles, possuem **voz** (*phone*) e com ela exprimem dor e prazer, mas o homem possui a **palavra** (*logos*) e, com ela, exprime o bom e o mau, o justo e o injusto. Expressar e possuir em comum esses valores é o que torna possível a vida social e política e, dela, somente os homens são capazes (CHAUÍ, 2000, p. 172, **grifos da autora**.).

Vejamos agora o raciocínio de Rousseau no viés de Chauí (2000) no primeiro capítulo de sua obra *Ensaio sobre a origem das línguas: a palavra distingue os homens dos animais*, considera que “[...] a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado” (CHAUI, 2000, p. 172).

Já o linguista Hjelmslev, conforme salienta Chauí (2000), nos afirma que:

“À linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos”, sendo “o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana” (Hjelmslev apud CHAUI, 2000, p.172).

À parte de uma polarização entre linguagem como meio de comunicação e linguagem como meio de definição/distinção, há o legado do linguista suíço Ferdinand de Saussure, resumido na obra *Curso de linguística Geral* (2012) que faz emergir seu conceito de linguagem a partir da relação dicotômica entre língua e fala.

Saussure (2012) entende a linguagem como uma faculdade humana, que tem como produto a língua. A linguagem é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, além disso ela pertence ao domínio individual e ao domínio social.

Vejamos:

[...] poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. (SAUSSURE, 2012 p. 41).

O linguista genebrino complementa, ainda, que:

A língua não constitui, pois, uma função do falante: é um produto em que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação enquanto que a fala é ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência (SAUSURRE, 2012, p. 45).

Encontramos nesses excertos, talvez, o porquê de Saussure priorizar língua como objeto de estudo, pois ele a enxerga como o conjunto heteróclito dos fatos da linguagem.

Outra definição de língua é dada por Houaiss (1990, p.06) em que, essa noção, pode ser considerada como:

[...] um conjunto de sons e ruídos, combinados, com os quais um ser humano, o falante, transmite a outro ou outros seres humanos, ouvinte ou ouvintes, o que está na sua mente como: emoções, sentimentos, vontades ordens, apelos, ideias, raciocínios, argumentos e combinações de tudo isso.

Noutra linha de pensamento emergem linguistas como Guimarães que fazem brotar um conceito de sentido que são construídos, ou seja, são efeitos do acontecimento da enunciação no funcionamento da língua, (e não tão somente comunicativa ou constitutiva) entre a linguagem e as línguas. Conforme o autor “o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação”. (GUIMARÃES, 2002, p.11). Em adição, o autor define “os sentidos de um enunciado como os efeitos de sua enunciação, ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionalmente da língua no acontecimento”.

Vejamos:

O sentido não é efeito das circunstâncias enunciativas, nem é só memória. Os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento. Assim o sentido não é feito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos de memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discurso no acontecimento (Ibidem. p. 70).

Dessa maneira pode-se dizer que autor afirma em sua teoria que os sentidos da palavra não são fixos, e nem se reduzem a um conceito ou definição, ou seja, esse sentido se constrói no enunciado, buscando compreender a linguagem, como relação de sentidos em que se produz a materialidade da língua, da história e do sujeito que enuncia.

Em 2018, Guimarães coloca o *espaço de enunciação* da seguinte forma, “é o espaço das relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com falantes” (Guimarães, 2018, p.23). Nessa perspectiva, podemos afirmar que não existem línguas sem outras línguas e nem línguas sem falantes e deve sempre ser entendido que o espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas.

Para facilitar nossa compreensão no que se refere esse funcionamento das línguas, o autor pondera que a língua deve ser definida a partir do espaço de enunciação, pois, considerando todos os elementos que a caracterizam em seu funcionamento, ela produz sentido. E só ocorre esse funcionamento por que “as línguas tomam os falantes, os agencia enquanto seus” (Ibidem, p.24).

Desse modo Guimarães (2018), pondera que a significação é o objeto de estudo da Semântica de modo geral, enquanto que o sentido é a palavra para a significação dos enunciados, a unidade de análise da semântica. E ele considera o sentido como a significação do enunciado constituído pela integração do enunciado ao texto, e a semântica o estudo dos sentidos dos enunciados. E ainda continua definindo “a enunciação diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo. Trata-se, para nós de um acontecimento, o acontecimento do dizer.” (Ibidem, p.19).

Dias (2018, p.15), afirma que “[...] as formas da língua se articulam sob o domínio da constituição dos sentidos na linguagem”, ou seja, na sua perspectiva, significar é relacionar. O linguista acrescenta que

A significação de um enunciado é afetada por domínios de mobilização na medida em que ele se constitui arregimentado em um campo de enunciação, permitindo a ele adquirir uma identidade social. Tendo em vista essa identidade histórica dos enunciados, eles se submetem a uma identificação, também de ordem social, em que efetivamente travam uma relação de pertinência com outros no campo de enunciação (Ibidem, p. 111).

Partindo do princípio de Dias (2018), pode-se dizer que é na relação entre a Semântica e Enunciação que as formas linguísticas são mobilizadas a significar.

Leite (2010, p.213), em seu artigo “Fundamentos da linguística” vem abordando os principais fenômenos da linguagem humana, o autor relata que a língua como uma ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessa todas as atividades humanas.

Dessa maneira o autor traz algumas definições referente o que seria língua e linguagem para alguns linguistas como por exemplo Mikhail Bakhtin (1929), Edward Sapir (1929), Noam Chomsky (1957,2000) e Carlos Franchi (1977), começamos por Bakhtin.

Vejamos:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal. A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. (BAKHTIN, 1929 apud LEITE 2010, p.217).

Para Edward Sapir (1929), “a linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos”. (LEITE, 2010, p.217).

Já o linguista Noam Chomski traz duas concepções de linguagem constituídas em anos diferentes:

Em 1957 o teórico conceitua linguagem da seguinte forma: A linguagem é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em seu comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos. No ano de 2000, Chomski, conceitua a linguagem como um componente da mente/cérebro humanos especificamente dedicada ao conhecimento e uso da língua. A língua é então um estado dessa faculdade. (LEITE, 2010, p.218).

Nessa perspectiva, Leite (idem), finaliza com o conceito de linguagem do linguista Carlos Franchi (1977), “A língua é atividade constitutiva”.

Passemos agora às contribuições dos autores Barbisan e Flores (2009, p.1) que, em seu artigo intitulado “A enunciação em perspectiva”, elencam também algumas definições nos vieses de vários autores franceses em relação à enunciação e o sentido.

Nessa perspectiva os autores reúnem vários textos afim de apontar a percepção teóricas enunciativas, que surgiram em momentos diferentes, mas com certos números de características comuns.

A primeira concepção de enunciação é através do linguista Benveniste (1989), onde o autor no texto “Aparelho formal da enunciação”, vem dizer que o “emprego da língua é um mecanismo relativo a toda a língua por meio da enunciação, da qual o discurso é uma manifestação”.

Vejamos:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se de um mecanismo total e constante, que de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (BENVENISTE, 1989, p.82).

A segunda concepção é apresentada por Ducrot, criador de uma teoria argumentativa, pois, segundo o autor a argumentação é o fator essencial para a apreensão do sentido e do enunciado inscrito na língua. Dessa maneira Barbisan (2009, p.58), relata que para Ducrot (1987)

O sentido do enunciado é a representação de sua enunciação. Assim, a fala tem, entre suas funções, a de se pôr em cena a si própria, de produzir, no momento em que se realiza, uma representação de sua própria realização (DUCROT, 1997, p.13 apud BARBISAN; FLORES, 2009, p. 06).

Outra definição de enunciação e sentido, mencionada por Barbisan e Flores (2009) é a de Antoine Culioli (1990), que diz que “[...] a enunciação é o processo de constituição de sentido no enunciado cujas formas remetem à produção de valores referenciais”.

Desse modo, observemos como Culioli analisa os mecanismos enunciativos expressos no enunciado:

Os mecanismos enunciativos devem ser analisados no arranjo de formas expressas no enunciado, sendo que este é o objeto de análise e é nele que se torna possível reconstituir a enunciação. Esses mecanismos são um sistema de representações formalizáveis como um encadeamento de operações, marcas da enunciação no enunciado logo, os mecanismos enunciativos estabelecidos pelo objeto de análise não são externos à língua. Denomina-se enunciador a origem de localizações produzidas pelo processo enunciativo que o trabalho de análise deve reconstruir. As relações de localização, por sua vez, são os termos de uma língua que, ao serem empregados, adquirem valor referencial em relação a outro termo. Assim, quando um termo X é identificado em relação a outro termo Y, a operação de localização atribui a X um valor referencial, que ele não tinha anteriormente, porque os termos só adquirem valor pelo sistema de localização no enunciado. Então enunciar é construir uma rede de valores referenciais, um sistema de localização. (CULIOLI, apud BARBISAN; FLORES, 2009, p. 06).

Em adição, os autores afirmam que a proposta de Culioli em relação à enunciação cria um conceito de noção, essas noções são constituídas através de ocorrências e que essas ocorrências são vistas da seguinte forma: “a ocorrência é, em vista disso, a passagem da representação mental à materialidade e a uma situação de referenciação”. (CULIOLI, 1990, apud BARBISAN e FLORES, 2009, p.6).

Ainda sobre o legado culioliano para os estudos sobre a enunciação, Onofre (2003, p.62) pondera que para compreender o projeto de Culioli, se faz necessário, discutir o que são língua e linguagem para esse linguista:

[...] Culioli tem uma compreensão da língua como o sistema de representação da atividade de linguagem (produção de significação) produzida por interlocutores em interação. Nesse processo dialógico realizam-se as operações de representação mental, referenciação e regulação, que dizem respeito respectivamente às operações de ordem psicológica, sociológica e psicossociológica.

Dessa maneira pode-se dizer que o linguista francês, a partir de uma articulação entre língua e linguagem coloca o psicológico, o social e o psicossociológico em uma interação produzida por interlocutores, essa concepção o leva a considerar que a significação veiculada

pela língua só é possível através desses mecanismos de operações e representações mentais, que veremos mais para frente na próxima seção.

As breves leituras que vimos acima se entrelaçam porque entendem que a linguagem é norteadora nos estudos acerca da relação entre homem-homem e homem-língua. O que muda, grosso modo, é o enfoque que ora é dado no produto dessa relação (linguagem pensada a partir do conceito saussuriano de língua), no processo (linguagem pensada a partir do que o enunciado, enquanto atividade, manifesta de sentido).

Partiremos agora para a terceira seção do nosso trabalho, onde o linguista Antoine Culioli é o foco de nossos estudos, ou seja, é através da teoria culioliana que tentaremos defender que nem sempre “morte” será o oposto de “vida” a partir do seu objeto de estudo que é a “linguagem apreendida por meio da diversidade das línguas naturais”, das quais trataremos adiante.

3 A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS

Nesta seção, apresentamos alguns conceitos relacionados à Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), lançada por Antoine Culioli e reproduzida por discípulos.

De antemão, devemos dizer que, dadas a complexidade dessa linha e a nossa dificuldade para amadurecê-la, muito do que se traz aqui são pinçamentos da obra *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas* (2016) de Adriana Zavaglia.

Acreditamos que as palavras colocadas por Franckel e Paillard (2011, p. 257-258) bem definem o que é a TOPE e sustentam nossas próximas reflexões:

Trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um hic et nunc qualquer, por um enunciador qualquer. Deve ser entendido como uma organização de formas, a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual ele é a marca.

Este excerto é o que une e justifica as subseções que se seguem.

3.1 A linguística e o programa de Culioli

Estamos acostumados a conceber língua como uma herança cultural, ou seja, aprendemos línguas no amparo do que a sociedade fornece para que ela se desenvolva. Saussure endossa esse pensamento, afirmando que:

[...] a língua, como produto social, não se confunde com linguagem, define-se como um conjunto de convenções adotado por uma sociedade e permite a prática da faculdade de linguagem em cada um dos indivíduos (1971 p.17-18 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a língua faz a unidade da linguagem porque “[...] a faculdade – natural ou não – de articular palavras não exerce senão com a ajuda de instrumento criado e fornecido pela coletividade” (Idem).

Cumpri (2018) nos afirma que:

Culioli pode ser considerado um linguista da formalização por pretender firmar a relação dialética entre linguagem, ou seja, uma atividade de representação, indeterminada e abstrata e as línguas naturais fruto dessa atividade, variável (2018, p. 310).

Culioli (1990;1999a; 1999b) visa entender a linguagem enquanto uma capacidade humana de construir, representar e regular. Culioli (1989, p.99 apud DOTA, 1995, p.153) define a linguística como a:

[...] ciência cujo objetivo é compreender a linguagem através da diversidade das línguas naturais. E que a linguagem só é acessível por meio de sequências de textos, isto é através de conjuntos de marcas que são traços de operações subjacentes.

Rezende relata que:

[...] as línguas naturais, enquanto sistema de representação, têm propriedades que lhes são específicas, e as quais, um material simbólico tem necessariamente se adaptar como: a linearidade, a existência de um constituinte após o outro etc. (1988, p.08)

Já Correia pondera que o programa culioliano é o da:

[...] reconstrução das noções primitivas, das operações elementares, das regras e dos esquemas que engendram as categorias gramaticais e as manifestações de marcadores inerentes a cada língua, através de um processo teórico e formal. (2014, p.01)

A linguista portuguesa considera que Culioli não quer saber da construção da gramática universal, mas sim, das invariantes que fundamentam e regulam a atividade de linguagem, ou seja, seu objetivo é construir um sistema de representação metalinguística, assim como uma teoria dos observáveis e formular problemas a fim de que se construam processos de reflexão que se baseiem na análise de fenômenos.

Do ponto de vista de Correia a linguagem é definida por Culioli como:

[...] uma atividade de produção e de reconhecimento de formas linguísticas, isto é, de sequências textuais. Ao linguista caberá a tarefa de dar conta, através de uma construção metalinguística, dessa produção e desse reconhecimento, reconstruindo as operações abstratas a que não tem acesso direto, através de conjuntos de marcadores presentes nos textos, vestígios dessas operações. Deste modo, o linguista construirá um sistema de representações que incide sobre a língua, entendida, ela própria como um sistema de representações (2014, p. 02).

Acrescenta, ainda, que o modelo teórico de Culioli, tem, como suporte, um conjunto de conceitos e que, entre eles está “[...] o conceito de noção, que é um dos conceitos centrais neste programa de trabalho” (Idem). Em suas palavras:

[...] as noções são apreendidas e estabilizadas através das ocorrências linguísticas. As noções são pré-lexicais e pré-enunciativas, e só podem ser definidas intencionalmente, isto é, qualitativamente, podendo ser analisadas de acordo com três tipos diferenciados: lexicais (ou predicativas), gramaticais e complexas (Idem).

Diante dessas primeiras anotações, pode-se dizer que a renovação linguística, proposta por Culioli, está, justamente, em seu objeto: o estudo da linguagem articulada às línguas naturais de maneira que ela se manifeste nas próprias operações, já que é inacessível diretamente.

3.2 O conceito de linguagem: atividade de representação, referenciação e regulação

Zavaglia, amparada em Culioli, afirma que a linguagem pode ser compreendida “[...] como a capacidade cognitiva de representar, referenciar e regular que permite ao homem, dentre os outros, construir a significação através das línguas” (2016, p. 33).

Dessa maneira, define-se essa tríade da seguinte forma: primeiramente é ressaltado acerca da representação, que se consagra enquanto um dos alicerces que sustentam e definem a atividade de linguagem, permitindo que a linguagem se manifeste através/por meio da verbalização. Em adição a essa afirmação, Zavaglia pondera que a “[...] representação é de caráter psicológico, ou seja, ele está atrelado a outros domínios cognitivos que não são estritamente linguísticos, como o mnemônico, o sensorial, o afetivo, dentre outros” (2016, p. 45).

Ainda nessa linha de raciocínio, Zavaglia destaca uma afirmação em que Culioli (2000) trata da afetividade humana construída com o mundo:

A afetividade faz parte da cognição; não há de um lado o cognitivo que seria do domínio da racionalidade explícita, e a afetividade que seria o lugar dos sentimentos e da imaginação desenfreada. Trata-se, portanto, nesse nível, de representações que organizam experiências que nós elaboramos desde a nossa infância mais remota, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, os objetos, o outro; do fato de pertencermos a uma cultura; do interdiscurso no qual mergulhamos. Nesse nível também se efetuam operações relacionais, de encadeamento, de construção de propriedades compostas (CULIOLI, 2000, p. 21 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 46).

Nesse sentido, Zavaglia (2016, p. 48) ressalta que para facilitar a compreensão em relação ao estudo da representação, Culioli elaborou três níveis distintos: nocional, textual e o observacional. Esmiuçando cada um, teríamos:

[...] o chamado de nível 1, concerne à organização cognitiva de nossas representações mentais: este é o nível da linguagem, construído a partir do universo simbólico extralinguístico e linguístico. Segundo a autora, o linguista diz que a esse nível não temos acesso direto. O nível 2, também chamado de textual, constitui-se através da textualização das operações enunciativas realizadas sobre as noções no nível 1, ou seja, os textos são agenciamentos de marcadores que permitem ao linguista rastrear as operações de nível 1. O nível 2, portanto, que é o nível das representações mentais ou nível das línguas, segundo a autora diante do linguista esse nível temos acesso. Já o nível observacional como pode ser chamado ou nível 3, metalinguístico, refere-se à reescritura formal elaborada pelo linguista cujo intuito é simular as atividades realizadas entre representações no nível 1 através da observação da organização das representações textuais de nível 2 (ZAVAGLIA, 2016, p. 48-49).

Dessa maneira, pode-se afirmar que, dentre os níveis 1, 2 e 3, apenas aos níveis 2 e 3 nos dão acesso direto, e que, o nível 3, é o que simula o que não conseguimos acessar, digamos assim, do nível 1.

Veremos, agora, o processo de referenciação, o qual, segundo Zavaglia “[...] pode ser definido, de forma geral, como uma relação entre elementos do nível 1 (da linguagem) e do nível 2 (das línguas), os quais organizam-se por operações de localização (*repérage*, em francês)” (ZAVAGLIA, 2016, p. 49).

Diante das considerações da linguista compreende-se que:

[...] o processo de referenciar não deve ser entendido como a relação entre as coisas e nomes, mas sim como operações de localização entre representações dos objetos (agenciamento de marcadores), entendendo objeto como teórico (ZAVAGLIA, 2016, p. 50).

Rezende (1988) em relação à referenciação pondera que:

É preciso compreender que “carro” não é um objeto ingenuamente bem delimitado no espaço e que como linguistas trabalhamos com problemas ligados à atividade simbólica e não com problemas ligados diretamente à realidade física, pois quando produzimos/reconhecemos enunciados podemos associar ao objeto “carro” outras experiências vividas. A referência dos objetos o linguístico não deve ser buscado de modo direto nos objetos do universo físico, mas é uma construção feita através da experiência individual sobre os objetos do mundo físico e mental (REZENDE, 1988, p. 111 **aspas da autora**).

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que, ao produzirmos um enunciado qualquer, construímos, conseqüentemente, uma relação predicativa que indica uma relação de representações, ou seja, ao construirmos um sistema de referência, atribuímos, a ele, um valor referencial.

Sobre o processo de regulação, Zavaglia afirma que ele é “[...] indissociável das operações de representação e referenciação; ele é dialógico, e incide sobre a relação entre noções e marcadores e sobre a relação intersubjetiva” (2016, p. 53). Desse modo, Zavaglia constata que o processo de regulação passa por três momentos: o subjetivo (inconsciente e consciente), o intersubjetivo e o da estabilização. Em suas palavras:

No primeiro momento, trata-se de uma regulação sobre o aspecto propriamente cognitivo das representações, quando se percorrem domínios e classes possíveis: “sobre o que vou falar? ”, “De que modo organizo as representações? ”, “Qual é o ponto de partida, qual o ponto de chegada? ”. No segundo momento, passa-se a um ajuste de representação, a uma adequação do que se vai dizer ao modo como vai ser dito, de forma que seja considerado o universo físico-cultural compartilhado, que implica em questões inconscientemente elaboradas: “para quem vou falar? ” “De que maneira? ”. No terceiro momento, um texto é enunciado. Assim, temos (i) a construção da imagem de duas representações entre muitas outras, (ii) a escolha de um caminho dentre outros em (iii) a estabilização da relação entre representações com respeito a uma localização. Ou uma referenciação (ZAVAGLIA, 2016, p. 55).

Desse modo, a tríade regulação, representação e referenciação são, de acordo com Culioli (2000, p.129): “[...] operações que permitem aos indivíduos produzirem e reconhecerem formas por meio dos rastros dessas mesmas operações que são os próprios enunciados, ou agenciamento de marcadores”.

3.3 As atividades de linguagem: epilinguística, linguística e metalinguística

A partir das palavras de Onofre e Barros (2014) vislumbramos que Culioli

[...] explica as atividades de linguagem através das atividades epilinguística, linguística e metalinguística que dizem respeito aos processos mais ou menos conscientes de manipulação dos enunciados pelos enunciadores, e que se organizam em três níveis (2014, p. 220).

Assim:

No primeiro nível, onde se localiza a atividade epilinguística, o processo é não consciente, e as relações são ainda indeterminadas e pré-assertadas. No segundo nível, há a explicitação do processo epilinguístico, pela materialização discursiva, quando a manipulação dos enunciados passa a ser consciente, no entanto, não há a manipulação controlada dos enunciados, o que ocorre no terceiro nível, por meio da atividade metalinguística. Esse movimento entre os níveis é o que se pretende que seja explorado no ensino de língua, por meio da atividade metalinguística, pondo em relação as atividades epilinguística e linguística, articulando um eixo natural de

linguagem a um outro controlado (CULIOLI, 1990, apud ONOFRE; BARROS, 2014, p. 220).

Em Cumpri (2010) encontramos que:

[...] a metalinguagem é uma atividade consciente que possui regras controláveis pelo próprio sujeito e além disso, representa a tentativa de explicar o sentido de um texto anteriormente produzido, ou seja é uma atividade do “redizer com outras palavras”, (parafrasear) (2010, p. 17).

Nesse sentido, diante das concepções colocadas, acrescentamos que as atividades epilinguísticas, linguística e metalinguística são três vias de acesso à linguagem, na medida em que são, também, atividades responsáveis pela (re)construção dos enunciados, que são, grosso modo, o próprio conceito de texto culioliano.

3.4. A importância de se pensar a articulação entre língua/linguagem e léxico/gramática

Segundo Culioli (1990, p. 14), linguagem²¹ é a atividade humana de construir significados, enquanto língua seria a concretização da linguagem por meio de arranjos textuais, orais e escritos. Cumpri diferencia língua e linguagem, ponderando que: “[...] a linguagem é uma atividade simbólica existente em todos os seres humanos enquanto que a língua é a materialização dos fenômenos mentais, ou seja, o próprio agenciamento da linguagem” (2010, p. 77). Nessa perspectiva, Cumpri (2008) afirma que língua e linguagem são vinculadas e articuladas, ou seja:

A língua é um sistema que se apresenta na forma de texto e é dependente de quem a fala, pois, os sujeitos são seres imersos nos sistemas linguísticos de suas línguas. Logo, a atividade da linguagem também está vinculada a esse texto, fato este que nos leva a concluir novamente aquilo que já foi dito antes: língua e linguagem são vinculadas e articuladas (CUMPRI, 2008, p. 20).

Culioli ressalta que:

[...] o objetivo da linguística coincidirá com o objetivo da ciência, que é a apreensão de processos invariantes (formais) subjacentes à diversidade experiencial dos sujeitos e das formas de expressão (1990, p. 14 apud PRIA, 2013, p. 52).

²¹<https://1library.org/article/articula%C3%A7%C3%A3o-linguagem-l%C3%ADnguas-naturais-opera%C3%A7%C3%B5es-predicativas-enunciativas-l%C3%ADnguas.7q07x5gz>

Em relação ao conceito de texto, Priia nos ensina que este “[...] recobre, tanto formas de expressão (arranjos lexicais) de línguas naturais, quanto formas de expressão e de outros meios expressivos” (2013, p.52). E que

O que denominamos textos é resultado da atividade de linguagem sobre o empírico (diversidade de experiências dos sujeitos e de formas de expressão de meios expressivos). Para nós, o texto é um construto, não um dado, como o querem abordagens instrumentais da ciência. As formas de expressão estabilizadas em um texto são o resultado do esforço (trabalho) de um sujeito em fazer coincidir sua experiência particular com a diversidade de experiências, de formas de expressão e de meios expressivos com os quais entra em contato (Idem).

Onofre bem sumariza a proposta geral da TOPE e nos leva a pensar a sua metodologia base, afirmando que a proposta da teoria é a de:

[...] observar as relações de ordem psicossociológicas, estabelecendo uma relação entre as atividades de linguagem espontâneas, produzidas por interlocutores em interação, e atividades de linguagem programadas pelos analistas, e assim, relacionando aspectos empíricos e formais. Ao observar esse movimento, o modelo trabalha com uma noção de variação experiencial e linguística, não prevista ou estabilizada (2018, p. 375).

Desse modo, de acordo com a linguista, referente ao modo com que Culioli apresenta o conceito de língua e linguagem, pode-se então pensar numa articulação entre gramática e a maneira de se interpretar um texto, pois, texto é uma manifestação da linguagem, ou seja, uma mensagem usada para transmitir informação de um autor para um leitor. Dessa forma tudo aquilo que produz sentido é um texto.

3.5 A enunciação e o enunciado

Zavaglia (2016) considera que os “[...] enunciados são o material de estudo culioliano” (p. 58) e, para mostrar esse agenciamento de marcadores, através dos enunciados, recorre a Culioli (1999a) o qual define que:

[...] [o termo] “agenciamento” indica que nós não estamos diante de formas quaisquer (existem regras de boa formação), ao passo que o termo “marcador” remete à indicação perceptível de operações mentais, as quais permitem a passagem do nível 1, do qual não temos senão o rastro, ao nível 2, que é precisamente o lugar em que se agenciam os rastros sob forma de enunciados (p. 162, **aspas do autor** apud ZAVAGLIA, 2016, p. 58).

Nessa perspectiva, diante do conceito de enunciação e enunciado, encontramos uma concepção objetiva a partir de De Vogüé (1992):

Há duas maneiras de se conceber a enunciação: de um lado, tematiza-se o modo como um sujeito se enuncia; de outro, o modo como um enunciado se enuncia (pelo qual tem a forma que tem). O que está em jogo nessa distinção é importante: se apreendida como um ato ou como um processo de constituição de um objeto (o enunciado), a hipótese a respeito da enunciação não procede do mesmo movimento epistemológico. Em um caso, a análise tem por objeto o sujeito se enunciando (para estudar o modo como ele se enuncia), e o enunciado é entendido como o produto desta enunciação do sujeito. No outro, o objeto é o enunciado em sua materialidade formal: um arranjo de marcadores que se vê ordenando um certo efeito significativo. Uns certos números de argumentos empíricos provam que este objeto não codifica um sentido que lhe seria pré-existente, mas que sentido e forma são construídos correlativamente. É preciso então fazer a hipótese de um processo de construção do qual o enunciado seria o resultado: é aqui que intervém o conceito culioliano de enunciação (p. 80-81 apud ROMERO, 2011, p.159).

Em relação à enunciação, Cumpri (2008) pondera que:

[...] a enunciação pressupõe a existência de um percurso marcado de operações, nas quais um sujeito enunciator, numa situação de enunciação, (por meio de ajustamentos) busca, no discurso, significar e constituir sentidos (p. 22).

Flores e Teixeira (2005) dizem que para Culioli:

[...] a enunciação é como o processo de constituição de sentido no enunciado, cujas formas remetem à produção de valores referenciais e que os mecanismos enunciativos devem ser analisados no arranjo de formas expressas no enunciado (p. 06).

Fechamos com Flores e Teixeira (2005) que sustentam que o enunciado é o objeto de análise e é nele que se torna possível reconstituir a enunciação, ou seja, quem enuncia situará a relação que construiu em torno da enunciação de modo que consiga apresentar o que compreendeu para que o outro também compreenda.

3.6 Relações primitivas, predicativas e enunciativas

A construção de um enunciado pressupõe três relações linguísticas: a primitiva, a predicativa e a enunciativa. É delas que trataremos aqui, uma vez que segundo Zavaglia “[...] a

relação primitiva, cujos termos podem ser denominados **a**, **r** e **b**, em que **a** é a origem, **r** é o relator e **b** é o objetivo, conduz a uma ordenação dos termos envolvidos” (2016, p. 76).

Dessa maneira:

Culioli chama essa relação de primitiva, não do ponto de vista ontogênico, segundo o qual primitivo seria entendido como o primeiro ou original, mas segundo o plano da atividade cognitiva (CULIOLI, 1979, p.39-55, apud ZAVAGLIA, 2016, p. 76).

Zavaglia ressalta, ainda, que:

[...] a ordenação das noções na relação primitiva não projeta a ordem das palavras que vão representar a relação enunciativa, já que a ordem não-linear estabelecida na relação primitiva está associada às representações mentais construídas pelo sujeito (2016, p. 77).

Já a relação predicativa ou léxis “[...] consiste em orientar linearmente os termos ordenados na relação primitiva, ela constitui-se de dois termos mais um relator de predicação que se esquematizam numa léxis” (ZAVAGLIA, 2016, p. 83).

Nesse sentido, a léxis pode ser entendida, de acordo com Culioli como:

Um esquema com uma instanciação dos lugares do esquema de tal maneira que isso nos dê, não um enunciado diretamente, mas um pacote de relações de formas que isso possibilite em seguida diferentes enunciados que pertençam a uma mesma família parafrásticas (1976, p. 60-61 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 83).

Esse é o esquema da léxis que apresentado pela autora $\langle \varepsilon_0 \ \varepsilon_1 \pi \rangle$. De acordo com Zavaglia:

Nele há três lugares vazios a serem preenchidos: um termo de partida, ε_0 , um termo de chegada, ε_1 , e um termo que representa o relator ou operador de predicação, π ; sendo que ε representa uma variável. Os termos ε_0 e ε_1 orientam linearmente a ordenação não linear entre os termos **a** e **b** da relação primitiva (2016, p. 84).

Vejamos um exemplo da representação da léxis: a partir de uma Sit0. $\langle \text{Joãozinho, morto, fome} \rangle$. Desse modo, temos **Joãozinho** que é a origem (termo de partida), **morto** será o relator ou operador da predicação e **fome** representa um termo de chegada (objetivo). Tanto o termo de partida, quanto o termo de chegada, nessa perspectiva, são variáveis e orientarão, linearmente, a ordenação não-linear entre os termos **a** e **b** da relação primitiva. No entanto, a

partir da léxis apresentada, podemos ter outras organizações, tais como: a) Joãozinho matou a fome; b) A fome matou Joãozinho.

Diante do que falamos sobre o termo de partida e de chegada, observa-se que, no exemplo a), “Joãozinho” é o termo de partida e, “fome”, o termo de chegada. Já em b) “fome”, se torna o termo de partida, enquanto “Joãozinho”, neste caso, se torna o termo de chegada, variando, assim, em torno do operador da predicação “matou”.

E, por último, temos a relação enunciativa sobre a qual Zavaglia (2016) pondera que é “[...] construída e vislumbrada em superfície, pois traz marcas de modalidade, aspecto, determinação e diátese que foram acrescentadas aos termos ou noções que estão em esquema de predicação” (2016, p. 85).

Com isso, a autora nos ensina que quando construímos uma relação enunciativa, localizamos uma construção espaço-temporalmente orientada pela relação predicativa e que essa construção parte, portanto, de um ponto zero de categorização e/ou nível assertivo zero para a anexação das categorias gramaticais.

3.7 Atividades de estabilização de sentido: parafraseagem e glosagem

Holmo (2008) nos traz, de maneira sucinta, um esquema do que venha a ser paráfrase, quando afirma que:

Acostumados a dizer que uma frase ou um texto Y constitui uma paráfrase a partir de outra frase ou de um outro texto X quando se considera que Y reformula o conteúdo de X, isto é, quando X e Y podem ser tomados como formulações diferentes de um conteúdo idêntico, como duas maneiras diferentes de “dizer a mesma coisa” (HOLMO, 2008, p. 28).

Em relação à glosa, Romero (2011, p. 156) pondera que se:

[...] constrói ao tentar tornar consciente um “saber inconsciente” – a “racionalidade silenciosa” – e tal tentativa passa, de um lado, por comentários por explicações e percepções a respeito do papel desempenhado pela unidade linguística que se quer analisar nas interações que dela decorrem.

A glosa seria uma “[...] “explicação de texto” essa explicação adquire um estatuto particular ao consistir em “um processo de usura da linguagem por si mesma” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 106 apud ROMERO, 2011, p. 156).

Para Franckel (2002):

Podemos considerar a glosa de um enunciado como proveniente de um nível intermediário no vai-e-vem entre o empírico e o formal. Essa abstração não impede sua ancoragem na interpretação empírica do enunciado que ela formula, mas, ao permitir escapar à evidência ofuscante da compreensão imediata, ela visa a estabelecer uma desintração do papel desempenhado na construção do sentido desse enunciado pelas unidades que o constituem (p. 70 apud ROMERO, 2011, p. 156).

Gonçalves (2012) sumariza que na TOPE

[...] glosas e paráfrases são tidas, segundo nossos pressupostos teórico-metodológicos, respectivamente, como a atividade metalinguística (prática languageira) do sujeito enunciatador e a atividade metalinguística controlada pelo observador (p. 12).

3.8 O centro da teoria: noção e organização de domínios nocionais

É comum nos depararmos com afirmações, produzidas no âmbito da TOPE, a respeito do conceito de noção, o qual, à luz da teoria é central. Esse aforismo é o que nos norteia nas afirmações que seguem. De acordo com Culioli (1990) “[...] os domínios não são apreendidos senão através das ocorrências que permitem sua constituição” (CULIOLI, 1990, p. 54). O domínio nocional é o domínio das ocorrências de uma noção, isto é, consiste em uma classe de ocorrências estruturadas a partir de um centro organizador.

Nas palavras de Rezende (2000):

O domínio nocional evoca a ideia de conteúdo de pensamento, por um lado, reunindo objetos de conhecimento e, por outro, colocando-os em relação para efetivamente representar uma certa relação entre eles. Essa relação será sempre aquela que o enunciatador escolhe. Isso implica em um esquema: objetos são escolhidos, propriedades lhes são atribuídas, e finalmente o conjunto é composto, organizado, estruturado. O resultado vai se traduzir segundo uma certa composição de significações delimitadas em relação a outras (não delimitadas). Podemos, então, falar em fronteira, interior e exterior de um domínio. Tudo isso é focalizado em direção a um ponto de vista cognitivo, em direção a uma espécie de *centro* do domínio, que será o alto grau da noção (p. 104).

Cumpri (2008) ressalta que:

[...]Falar sobre a noção dentro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas é coisa fundamental, pois, todos os conceitos, as representações, as considerações e os domínios traçados dentro do campo nocional são de central importância para essa reflexão, a qual é, principalmente, focada nos escritos e seminários do lingüista francês Antoine Culioli (CUMPRI, 2008, p. 38).

A noção é um reflexo do processo de representação e, ao mesmo tempo, é um sistema de representação, uma vez que ela remete à definição culioliana de linguagem, definida como “[...] a capacidade humana de construir, representar, referenciar e regular” (ZAVAGLIA, 2016, p. 69). Desse modo, “[...] há três domínios que concernem à representação nocional: o domínio lexical ou α , o domínio gramatical, ou β , e o domínio do conteúdo do pensamento, ou γ ” (Idem).

O primeiro domínio é um conjunto equilibrado de representações que varia de língua para língua, remete, de certa forma, ao campo conhecido como semântico (ZAVAGLIA, 2016). Culioli (1985) define a noção como um “[...] sistema complexo de representação fundamentado em propriedades físico-culturais”, e não se corresponde biunivocamente com uma palavra (CULIOLI, 1985, p. 20 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 70).

As palavras são como resumos desses sistemas de representação nocional. São captadoras: por uma palavra você pode remeter a uma noção. Ela evoca toda uma noção, mas a relação não é simétrica: uma noção vai ser aprisionada parcialmente numa palavra. Uma vez mais, pois, não há relação termo a termo; sempre há evasivas, sempre há excessos. Na realidade, sempre há, a partir da palavra, a possibilidade de haver um sistema que escape à palavra (CULIOLI, 1985, p. 19 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 70).

O segundo domínio é o gramatical, que “[...] concerne às representações referentes à modalidade, ao aspecto, ao número, à determinação, é representado por marcadores nos enunciados e está sempre em relação com o domínio lexical” (ZAVAGLIA, 2016, p. 70). Já o terceiro domínio, é o do conteúdo de pensamento que, segundo Zavaglia (Idem) é já uma representação construída, uma rede de relações entre noções, por meio da qual se dão os enunciados.

Por fim, Pria nos elucida que “[...] a noção é constituída de um todo sólido não fragmentado (representado ou por um predicado insecável / () ser P/ ou entre barras oblíquas /P/) cujas ocorrências serão construídas em situações particulares (2009, p. 54).

3.8.1 A ocorrência

A ocorrência pode ser contemplada sob três pontos de vista como: o fenomenológico, o linguístico e o metalinguístico. Do ponto de vista fenomenológico, “[...] as ocorrências dizem respeito à existência de objetos com os quais entramos em contato desde a infância” e “[...] esses objetos são fontes de processos cognitivos de categorização e da sua construção de representações no interior de uma cultura” (PRIA, 2009, p. 54).

Já do ponto de vista linguístico, as ocorrências dizem respeito à materialização da noção, ou seja, de “[...] sistemas complexos de representação de propriedades físico-culturais, isto é, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias tomadas no interior da cultura (CULIOLI, 1990, p. 10 apud PRIA, 2009, p. 55).

Uma ocorrência pode ser analisada como correspondendo ao resultado de um evento enunciativo que opera um recorte sobre uma noção. Esse recorte tem uma dupla função: de um lado, uma delimitação quantitativa. A primeira constrói a ancoragem situacional da ocorrência, e há, portanto, traço da sua manifestação, sua existência (real ou imaginária). A segunda constrói sua estruturação subjetiva. Essa estruturação consiste na avaliação de uma ocorrência em relação a um protótipo, ou seja, distingue-se um tipo de ocorrência de outro tipo (GILBERT, 1999, p.01).

Por fim, pelo ponto de vista metalinguístico, uma ocorrência é compreendida dentro de um domínio abstrato, não de representações cognitivas, mas de representações metalinguísticas que estruturam ocorrências das noções (PRIA, 2009, p. 57).

3.8.2 O centro organizador: o tipo e o atrator

Nessa abordagem, Culioli chama à atenção para o fato de que todo ser humano tem a necessidade de organizar suas representações com relação a um centro, a partir do qual balizará os seus processos de construção e reconhecimento de formas (ZAVAGLIA, 2016).

Vejamos:

Na classe de ocorrências abstratas de uma noção, uma ocorrência dentre as demais adquire, durante o processo de construção da noção, uma posição privilegiada, servindo como centro organizador do domínio nocional. Assim, a partir de ocorrências fenomenológicas e abstratas o sujeito constrói um predicado <P> para organizar o domínio da noção. Esse predicado é quase o arquétipo platônico (CULIOLI, 1985, p. 30 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 114).

Ainda em Culioli (1999b):

Não existe representação de qualquer ordem que seja sem que ela exista com relação a um polo de referência. Nós reconduzimos o desconhecido ao conhecido, nós construímos o que quer que seja com relação a um centro organizador, da forma pela qual esse termo pode ser entendido pelo gestaltismo (CULIOLI, 1999b, p. 11 apud ZAVAGLIA, 2016, p. 115).

Dessa forma, o centro organizador é, também, chamado de polo de referência e que se organiza através de duas maneiras, seja com o tipo, seja como o atrator (CULIOLI, 1999b; ZAVAGLIA, 2016). O tipo constrói-se por meio de operações de identificação e de diferenciação, que poderíamos glosar da seguinte forma: a ocorrência p_i , identifica-se com P ou diferencia-se de P? A ocorrência p_i é um exemplar de P? (ZAVAGLIA, 2016, p. 116).

A pesquisadora explica que “[...] quando a noção se organiza com relação a um tipo, que assume o lugar de ocorrência privilegiada da noção, ou P, o domínio nocional fragmenta-se em ocorrências abstratas ou como ocorrências privilegiadas” (ZAVAGLIA, 2016, p. 117). Assim, a ocorrência privilegiada P é exemplar diante de p_i , p_j ..., p_n e é P que vai servir de polo de referência para outras operações predominantes quantitativas (p_i , poderá ser identificada com p_j ou dela diferenciada) (Idem).

Um exemplo de uma noção tipificada podemos encontrar em: “ Não podemos dizer que o coma seja a morte”. Aqui, /coma/ não é um exemplar de /morte/, porque não reúne as propriedades necessárias para que torne verdadeira, por exemplo, uma asserção como: “Coma é a morte”.

O atrator, por sua vez, segundo Zavaglia (2016) “[...] constrói-se apenas a partir do próprio predicado, o que poderíamos glosar assim: a ocorrência p_i , é P? Nos casos em que a noção se organiza com relação a um atrator, ou P, não há fragmentação do domínio” (p. 118). Nesse sentido, não há p_i , p_j ... p_n , mas, apenas, a construção de zonas (interior, fronteira, exterior).

Um exemplo de atrator podemos encontrar em: “Bala na cabeça é morte na certa”. Aqui, a ocorrência de /bala na cabeça/, por exemplo, abarca tais propriedades de morte que não permite com que haja morte até certo ponto, o que há é “morte tal qual”, sem fragmentação.

3.8.3 Domínio nocional: interior, exterior e fronteira

O domínio nocional é o espaço em que se organizam as ocorrências abstratas de uma dada noção em relação ao que está no centro desse domínio (o senso comum em si). Segundo as postulações de Cumpri (2008, p. 57) o *Interior* é aquilo que é construído ao redor do Centro Atrator (CA)²², e que, além de ser aberto, contém ocorrências identificáveis com o CA ou o tipo. Já o *Exterior* é o que contém um possível centro no qual lidamos com antônimos tipificados. Por exemplo, baixo/alto, grande/pequeno. Além disso, ele esvazia, isto é, anula o interior.

²² CA é a abreviação dada por Cumpri (2008) para Centro Atrator.

Já a *Fronteira* é sempre um campo vazio, não há termo que pertença a ele. Por exemplo, quando alguém diz algo do tipo: “Eu não tenho a menor ideia”, fica notório que todas as possibilidades de haver qualquer indício da mais ínfima ideia foram esgotadas. Temos aí, então, um campo vazio.

Sobre o domínio nocional

Por um lado, nós temos um centro atrator e então, por meio da diferenciação, identificação e alteração, construímos uma rede que contem *nem tudo* ou *em parte*, a qual nos habilita trilhar pelo lado **I** (Interior), pelo lado **E** (Exterior), e pelo lado **F** (Fronteira). Assim, encontraremos por exemplo: **IFE**, **IF** em relação a **E**, **I** em relação a **FE**, **F** e **IE** vazios. Então há propriedades associadas com noções que processamos. Trabalhar com a relação ausente / presente não é o mesmo que trabalhar com a relação cru / cozido. Nós sabemos o que é carne crua, mas nós não sabemos quando ela está cozida! ... (CULIOLI, 1995, p. 54 apud CUMPRI, 2008, p. 58).

Holmo (2012, p.68) nos ensina que, entre o Interior e o Exterior do domínio “[...] existe uma Fronteira, que pode ser representada como a zona em que as ocorrências menos típicas do Interior sobrepõem-se às ocorrências menos típicas do Exterior, e vice-versa”.

Ainda de acordo com Holmo (2008):

Se falarmos, por exemplo, da noção /amigo/, teremos, no centro organizador a propriedade “verdadeiramente amigo”, e no interior do domínio, teremos “tudo aquilo que se pode chamar de amigo”. Se caminhar-mos do centro em direção ao exterior do domínio, poderemos encontrar um gradiente como “não tão amigo”. No exterior do domínio encontraremos a propriedade “verdadeiramente não-amigo”. Se caminhar-mos do exterior do domínio em direção ao centro teremos um gradiente como “quase amigo” (p. 69).

Tomemos, ainda, os seguintes exemplos de Holmo (2008, p. 69) para podermos observar sua distribuição no domínio nocional de /amigo/, em que X é o centro organizador:

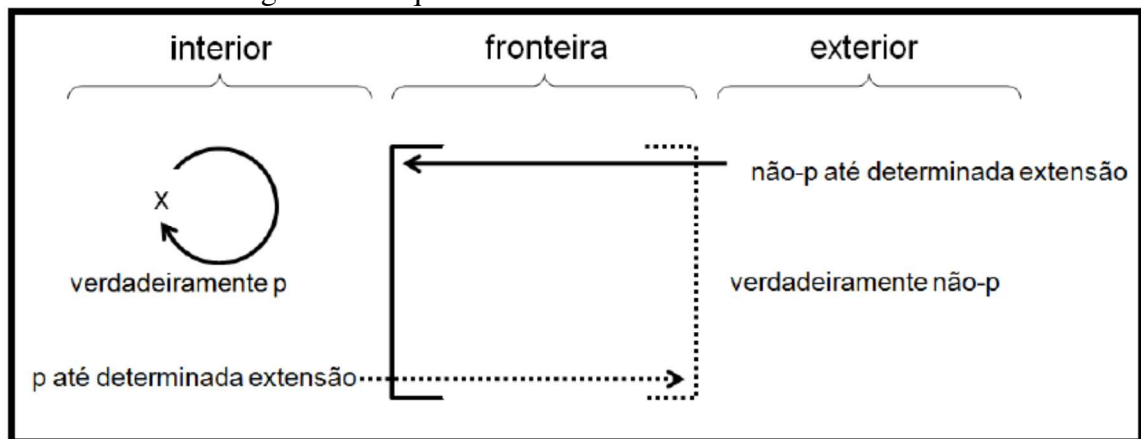
X1) cara, você é o amigo!

X2) você não é tão amigo!

X3) você é quase um amigo!

X4) você não é amigo, é traidor!

Figura 1 – Esquema de conceito de domínio nocional



Fonte: Adaptado por Pria (2009).

Desse modo, o esquema de conceito de domínio nocional adaptado por Pria (2009), na figura acima, nos serve para compreender melhor as localizações das ocorrências, ou seja, entre o interior e o exterior existe uma fronteira.

Dessa forma podemos dizer que se trazermos a noção <morte>, teremos no centro organizador a propriedade de uma "morte verdadeira", e no interior teremos tudo aquilo que se pode chamar de <morte>, e se caminhamos do centro para o exterior, poderemos encontrar uma <morte> que não seja necessariamente uma morte, agora se caminhamos do exterior do domínio para o centro teremos um gradiente de quase <morte>. O interior é aquilo que é construído ao redor do Centro Atrator, dessa maneira temos como exemplos:

- a) Joãozinho morreu de fome!
- b) Joãozinho foi morto pela fome!
- c) A fome matou Joãozinho!

Entretanto no exterior do domínio nocional resulta em tudo que não é identificado pressuposta mente no conceito de interior, ou seja, desconstrói o que antes era construído exemplos:

- a) Joãozinho não morreu de fome!
- b) A morte não existe para Joãozinho!
- c) Fome não é morte para Joãozinho!

Já na fronteira é sempre um campo vazio, não há termo que se prende a ele, a fronteira assume um valor que pode estar tanto no interior quanto no exterior, ou seja, verdadeiramente p, como verdadeiro não p, exemplos:

- a) Joãozinho é um morto de fome!
- b) Joãozinho está morrendo de fome!
- c) Joãozinho está um morto de fome!

Dessa maneira podemos dizer que a fronteira é o lugar onde os estados são evidenciados qualitativamente pelas propriedades de p.

3.8.4 Organização da noção: a extração, a flechagem e a varredura

Extração, flechagem e varredura, são as três operações de localização de uma noção, mas não de qualquer noção, porque dependem da fragmentação do domínio nocional e, por consequência, de um tipo no lugar de ocorrência privilegiada.

Em Cumpri (2012, p.52) encontramos um exemplo de localização em relação ao outro, sendo: “[...] se um termo x localiza-se em relação a um termo y, quer dizer que x situa-se em referência a y, esteja y localizado por outro termo (z, por exemplo), esteja y em posição de termo de origem”.

Dessa forma,

[...] toda ocorrência (x, por exemplo) possui um eixo de propriedades (p, p', p'', etc.) que a caracteriza e a define (a partir do confronto com tudo aquilo que x não é). Essas propriedades, por meio de operações de localização (onde o localizador é o próprio centro organizador da noção x), identificação e diferenciação estabelecerão o seu domínio nocional (Idem).

Nesse sentido, pode-se dizer que, para que se deem os processos de referenciação, faz-se necessário, pois, a construção de um espaço referencial e de objetos linguísticos localizáveis em referência ao centro organizador de um domínio nocional (CUMPRI, 2012).

Para Zavaglia (2016, p. 125-127) “A extração consiste em pinçar das listagens constituídas pelas ocorrências abstratas do domínio nocional da noção uma ocorrência em particular que se identifica com o predicado. Por exemplo: “Olha! Joãozinho está morrendo de fome!”. Nessa sequência, a autora explica que uma marca foi extraída do domínio $p_i p_j \dots p_n = P$ da noção/morrer/. P, nesse caso, interpreta o papel de tipo e p_i é uma ocorrência discreta de P, atualizada espaço-temporalmente no nível textual.

A flechagem consiste, pois, em identificar uma ocorrência posterior de determinada noção a uma ocorrência anterior, que não é necessariamente enunciada, podendo ser um preestruto implícito, em que ambas as ocorrências remetem às mesmas propriedades ou ao

mesmo predicado **P**. Por exemplo: “Nossa! Joãozinho morreu de fome! Assim, “[...] não se trata mais de uma ocorrência qualquer de /morrer/ que o enunciador introduz em seu enunciado pela primeira vez, mas sim de um morrer específico que o enunciador já enunciou anteriormente” (ZAVAGLIA, 2016, p. 126).

A varredura consiste, por sua vez, em um percurso realizado na listagem de ocorrências abstratas da noção sem que nenhuma delas seja extraída e sem que elas identifiquem umas às outras. Por exemplo: em “A morte é um fenômeno da natureza”, **a** não marca uma flechagem, mas uma remissão a toda e qualquer ocorrência de /morte/. Nesse caso, o domínio nocional de **P** é varrido, sem que detenha em qualquer **p** que seja (ZAVAGLIA, 2016).

3.9 Modalidade

A modalidade é “[...] uma categoria gramatical que se apresenta quer por uma relação do enunciador à relação predicativa ou, pela relação do enunciador com o coenunciador relação intersubjetiva” (CUMPRI, 2008, p. 27) e que se divide em três grupos específicos, sendo que a primeira modalidade subdivide-se em quatro categorias, das quais: assertivo, interrogativo, injuntivo e hipotético.

Na categoria assertivo, o enunciador valida o conteúdo da relação predicativa entre verdadeiro e falso, ou seja, a modalidade será afirmativa, quando o enunciador acerta positivamente e, negativa, quando ele entender que não há nenhuma relação entre sujeito e predicado. Exemplos: “Joãozinho é um morto de fome” ou “Joãozinho não é um morto de fome”.

Na categoria interrogativo, a interrogação emerge quando o sujeito enunciador não se sente capaz de validar, por si só, aquilo que enuncia, ou seja, não assume seu texto como verdadeiro/falso. Exemplos: “A morte de Joãozinho foi por fome?” ou “Joãozinho está morrendo de fome?”.

Na categoria injuntivo, consiste no subgrupo daquilo que não é nem assertivo e nem interrogativo, ou seja, trata-se de uma modalidade que permanece no campo da sugestão ou do pedido. Exemplo: “Por favor, não deixe que Joãozinho morra de fome!”. Já na categoria hipotético, a hipótese (positiva ou negativa) é colocada pelo enunciador de uma forma absoluta. Exemplo: “Se Joãozinho tivesse dinheiro, mataria a fome”.

A segunda modalidade instaura, desse modo, uma relação entre o sujeito enunciador e o conteúdo da preposição representada pela predicativa. O sujeito não exprime uma certeza

daquilo que está predicando e estabelece a mesma distância entre a validação e a não validação daquilo que se enuncia. Exemplo: “Será que Joãozinho matará a fome hoje?”.

A terceira modalidade é a que incide sobre a relação prediativa e, por isso, tem, como objetivo, a quantificação dessa relação, ou seja, a polaridade verdadeiro/falso não é válida aqui, mas sim, uma dimensão apreciativa ou afetiva sobre o caráter da polaridade certo/errado como (Eu penso que..., Eu não digo pessoalmente que..., etc.). Exemplo: “Eu acho que Joãozinho não matou a fome, é bem provável que a fome o tenha matado”.

A quarta modalidade consiste na intersubjetiva e diz respeito às relações entre sujeitos, sujeito enunciador e sujeito do enunciado, em oposição. Ela agrupa o desejo e a permissão, incidindo sobre o sujeito do enunciado em oposição à segunda modalidade que foca sobre toda relação prediativa. Exemplo: “Joãozinho pode passar aqui e matar a fome”.

3.8.5 O aspecto

Segundo Holmo, o:

[...] aspecto permite ao enunciador dizer como se apresenta para ele o processo, podendo este se valer de diferentes marcas (determinantes, artigos, auxiliares, advérbios), para representar um processo acabado, inacabado ou pontual” (HOLMO, 2008, p. 82).

Dessa maneira, a autora nos orienta que o aspecto recobre quatro categorias. A primeira refere-se aos problemas incidindo sobre os *modos de processo*, ou seja, trata-se da distinção entre processo e estado. Quanto ao processo, delimita-se uma fronteira, em que se têm duas zonas, esquerda e direita, correspondendo, respectivamente, a algo como “ainda não” (“.....!”) e “de agora em diante” (“!.....”).

Em relação ao estado Holmo (2008) ressalta que se trata de uma mudança de situação, que se liga ao problema da agentividade, isto é, a mudança se dá de acordo com a diátese (termo mais amplo para a “voz”), construída nos enunciados.

Tomamos, agora, o exemplo dado por Culioli (1999a, p.150), usado por Holmo (2008), a fim de explicitar a distinção entre processo e estado. Exemplo: a) *La tasse est cassée*. (A xícara está quebrada); b) *La tasse a été cassée* (A xícara foi quebrada ou A xícara esteve quebrada).

Numa leitura norteadada pela TOPE, nota-se.

Em (a) não há uma relação de agentividade; o que está em destaque é o fato de a xícara se encontrar no estado de “quebrada”, e assim, há apenas uma remissão à propriedade /estar quebrada/ e não uma remissão ao responsável

pela passagem de “xícara não quebrada” a “xícara quebrada”, motivo pelo qual não há relação agentiva (quebrador-quebrado) Já em (b), produz-se uma ambigüidade e ao contrário de (a), a agentividade existe tanto em “A xícara foi quebrada”, em que há um “quebrador” e um “quebrado”, quanto em “A xícara esteve quebrada”, em que se tinha uma xícara quebrada e alguém a consertou. Nas duas possibilidades de interpretação de (b) há mudança de estado, e, portanto, agentividade (HOLMO, 2008, p. 82-83).

A segunda refere-se aos problemas que incidem sobre as modalidades ao tratar a ligação entre a noção de aspecto e os problemas de modalidade (CULIOLI, 1999a, p. 153-154 apud HOLMO, 2008, p. 83).

Já a terceira refere-se aos problemas que incidem sobre a quantificação, segundo Holmo (2008), os problemas são: a) A relação perfectivo/imperfectivo e a quantificação sobre o complemento, ex.: “Ele bebeu o chá; Ele bebeu chá”; b) A relação entre o genérico e a quantificação dada pela operação de Varredura, ex.: “O cachorro é um mamífero, O cachorro late”; c) A relação entre o próprio predicado e a operação de quantificação, ex.: “Ele quase leu o livro; Ele praticamente leu o livro; Ele leu um pouco o livro”.

O quarto problema incide sobre a topologia do tempo. Para Holmo (2008):

Culioli utiliza duas representações ligadas à topologia do tempo: $T1=T2$, que é uma relação de concomitância ou identificação; $T1\neq T2$, que é uma relação de consecução ou diferenciação. Essas representações permitem fazer com o tempo operações do mesmo tipo que as operações de quantificação (p. 83).

Desse modo, o aspecto pode ser subdividido em subcategorias que estão relacionados aos modos de processos, às modalidades, à quantificação e à qualificação, à diátese e a topologia do tempo.

Passemos, agora, à quarta e última seção, que consiste na apresentação de nossas análises.

4 MORTO/MORTE/MORRER: UMA ANÁLISE

Nesta seção, apresentamos nossa análise sustentada, como já explicitamos nas seções anteriores, pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE). Posto isso, o objetivo, aqui, é o de trazer, à tona, as representações possíveis à noção de <morrer> e delas extrairmos os sentidos provisórios que cada situação enunciativa suscita.

4.1 Procedimentos metodológicos

Por opção metodológica, coletamos apenas enunciados com a ocorrência de “morte, morto e morrer”, afim de mostrarmos que “morte” nem sempre é o oposto de “vida”, e que dependendo do sujeito enunciador em relação ao que enuncia “morte”, pode estar mais próximo do conceito de “vida” do que de “falecimento”.

Dessa maneira nosso corpus de análise constitui-se por doze enunciados de uma família parafrástica construída a partir de ocorrências cotidianas que contenham ou a unidade lexical ‘morto’ ou a unidade lexical ‘morte’ ou a unidade lexical ‘morrer’.

A escolha dessas três unidades se justifica pelo o que Culioli (1995) nos dá como uma de suas definições de noção, que consiste em:

Um conjunto que se pode expressar, como por exemplo: ler, leitura, livro, leitor, livraria, etc. O que significa que não podemos reduzi-lo a uma unidade lexical. A unidade lexical pode servir como um meio de entrada de dicionário, mas é só (CULIOLI, 1995, p.34).

Nessa linha de reflexão, acreditamos que o conjunto expresso por ‘morto’, ‘morte’, ‘morrer’ representa linguisticamente uma primeira etapa “ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de cada pessoa” (CULIOLI, 1999b, p. 08-09). A essa etapa, de representação metalinguística, consiste no nível nocional. É a ele que nossas manipulações visam alcançar nas análises.

Em última instância, nosso trabalho analítico-descritivo busca comprovar nossa hipótese de pesquisa: o sentido de uma unidade linguística não se encerra/se representa somente em oposições semânticas possíveis, o que nos obrigaria a repensar, entre outras coisas, os conceitos de sinonímia e de antonímia a partir do sentido que um dado enunciado fornece a uma unidade linguística enquanto uma representação.

A escolha do corpus se justifica porque seus arranjos léxico-gramaticais, quando vistos pela lente da família parafrástica que formam, redimensionam o sentido de ‘morto’, ‘morte’ e

‘morrer’, sobretudo porque nos permitem ver a diversidade de uso a partir de uma relação de (des)semelhança aparente. Isso porque, prototipicamente, no português brasileiro, temos, no centro do domínio nocional de <morrer>, a propriedade “perder a vida”, o que a aproxima da noção <falecer>, <partir dessa para melhor>, entre outras. No seu exterior, poderíamos localizar “viver”, “nascer”, “brotar” (flor), se quisermos nos ater ao senso comum, que é o que nutre o centro da noção.

O foco é vermos a noção <morrer> determina a condição de existência (ou não) do termo em relação. Isto é, como esse termo se determina e assume identidade (em oposição àquilo que não é). Para isso, sempre levadas, em consideração, as propriedades dos termos da tripla <a R b>, que orientam a relação **R** com **a** (origem) e a relação **R** com objetivo **b**. Essas propriedades se referem a traços tais como: animado e inanimado, determinado e indeterminado, único e múltiplo, processo e estado, etc. Vamos às análises.

4.2 Análise: entre o animado e o inanimado

Nas ocorrências de 1 a 12, as unidades lexicais (marcas) ‘morto’, ‘morte’ e ‘morrer’, estão diretamente vinculadas a um nome, ligadas ao contexto de direita ou esquerda desse nome. Para todas as léxis desses enunciados, materializadas na relação predicativa, ou ‘morto’ ou ‘morrer’ ou ‘morte’, aparecerão como termo localizador do nome da relação primitiva (< X € Morte>).

A operação de localização (determinação) pressupõe o emprego dos dois argumentos (X e Y) e necessita de um termo localizador e de um termo localizado. Essa relação, de caráter arbitrário, se estabelece quando um termo de origem é escolhido (o termo localizador) e se torna o 1º ponto de referência para o resto da relação construída.

Isso nos leva a acreditar que uma dessas unidades atuará, nesses enunciados, como um operador de determinação sobre a noção (nome lexicalizado) e que a natureza semântica desse nome será importante na construção do valor referencial ou de ‘morto’, ou de ‘morrer’ ou de ‘morte’, claro, na relação enunciativa. Vejamos:

ENUNCIADO 1: Joãozinho morreu de fome na escola.

Aqui, a marca aspectual de passado, atribuída a “morrer”, determina a inexistência de Joãozinho no presente e a modalidade assertiva afirmativa faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existiu até o momento em que a “fome” o matou. “Fome” é o bloqueio à existência de Joãozinho, no tempo da enunciação: Joãozinho já não é Joãozinho por causa de fome, ou Joãozinho é Joãozinho morto porque a fome o fez morto.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque o traço animado estabiliza “Joãozinho” entre os que morrem e permanecem mortos. Não há reversibilidade processual, diferentemente do que poderia acontecer com “o motor morreu”, em que se tem a possibilidade de motor voltar a funcionar/ligar. “Fome”, desse modo, atribui a “Joãozinho”, a propriedade de ser inanimado. Já “de fome” determina (qualifica) morrer e fecha as possibilidades para “morrer de outras coisas”, como “morrer de câncer”, “morrer de susto”, etc.

Ao se atribuir a Joãozinho a propriedade de quem é passível de morrer de fome, fecha-se a possibilidade para outro que Joãozinho não morra de fome. Assim, a necessidade do traço animado para se morrer de fome, bloqueia uma predicação como “o motor morreu de fome”. É por essa orientação que se pode pensar em “de fome” como o que é localizável por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> não é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 2: Joãozinho está morrendo de fome.

Nesse enunciado, a marca aspectual de gerúndio atribuída a “morrer”, composta pelo auxiliar “estar”, determina a existência de Joãozinho que se prolonga no presente; e a modalidade assertiva afirmativa faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho exista. Isto é, há um Joãozinho que está vivendo apesar da “Fome”, que no caso não é o bloqueio da vida de Joãozinho no tempo da enunciação.

Dessa maneira, o traço animado estabiliza “Joãozinho” entre os que são passíveis “de morrer”, ou seja, é estabilizada a existência de “Joãozinho mortal”. Todavia, “de fome” suprime, da “morte”, a propriedade de “matar”, dentre outros seres, “Joãozinho”. Assim, “fome”, atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de ser animado e, ao mesmo tempo, fecha a possibilidade para que Joãozinho esteja morrendo de alegria, de dó, de medo, etc.

Percebamos que, diferente do enunciado 1 (com “de fome”), Joãozinho morreu de fome naquele dia, ou seja, sua fome não foi saciada. Já aqui (com “está morrendo de fome”) se pode pensar em um Joãozinho que está com fome no presente, pode ser que ele sacie sua fome

daqui meia hora, mas nesse momento ele ainda se encontra morrendo de fome. Dessa forma “morrendo de fome” e “morreu de fome” é construído como uma marca hiperbólica, o que nos leva à construção de “Joãozinho” que continua existindo e, ao “morrer”, como um estado, um modo de ser de “Joãozinho”, no tempo da enunciação.

ENUNCIADO 3: Joãozinho é um morto de fome.

Aqui, a marca aspectual do particípio irregular, atribuída a “morto”, determina a existência de Joãozinho no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existe no momento da enunciação. “De fome”, associado ao artigo indefinido “um”, qualifica o estado em que “Joãozinho” se encontra, isto é, “um morto de fome” (miserável). “Joãozinho” já não é “Joãozinho” por causa da fome, mas sim, um Joãozinho morto “de fome”, porque a presença do artigo indefinido “um” mais a marca “morto”, o qualifica no momento da enunciação como um outro Joãozinho.

“Fome” atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de ser animado. Já “um morto de fome”, determina (qualifica) “morto” e fecha as possibilidades para estar “morto de outras coisas”, tais como: “morto de raiva”, “morto de cansado”, etc. Ao se atribuir a Joãozinho a propriedade de ser “um morto de fome”, fecha-se, pois, a possibilidade para outro que não seja Joãozinho a ser um morto de fome.

Desse modo, o traço animado para se morrer de fome, possibilita uma predicação como “um morto de fome”. É por essa orientação que se pode pensar, em, “um morto de fome”, como o que é localizável por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> não é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 4: Joãozinho é morto de fome.

Aqui, a marca aspectual de passado irregular, atribuída a “morto”, determina a existência de “Joãozinho”, no presente, e a modalidade assertiva afirmativa faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existiu até o momento em que “fome” o matou. “Fome”, desse modo, é o bloqueio à existência de Joãozinho no tempo da enunciação. Joãozinho já não é Joãozinho por causa de fome, ou Joãozinho é Joãozinho morto porque a fome o fez morto.

Dessa maneira, ao se atribuir a “Joãozinho”, a propriedade “é morto de fome”, isso projeta a identificação de um “Joãozinho esfomeado ou designa que Joãozinho come muito”, caindo assim, no sentido hiperbólico. Sendo assim, constrói-se o predicado de “Joãozinho faminto”.

Ou seja, temos, agora, um “Joãozinho”, com muita fome, ao passo em que se fecha a possibilidade para outro que não seja um Joãozinho faminto. É por essa orientação que se pode pensar em “é morto de fome”, como o que é localizável por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> não é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 5: Joãozinho está um morto de fome.

Neste enunciado, a marca aspectual de passado irregular, atribuída a “morto”, determina a existência de “Joãozinho” no presente e a modalidade assertiva afirmativa faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existe no momento da enunciação. Em “está um morto de fome”, tem-se que Joãozinho já não é Joãozinho por causa do estado em que ele se encontra, ou que Joãozinho é um Joãozinho morto porque a fome o fez morto provisoriamente.

Dessa maneira, ao se atribuir, a “Joãozinho”, a propriedade “está um morto de fome”, projeta-se, pois, a identificação de alguém miserável ou esfarrapado no presente da enunciação. Isso só é possível de se identificar, uma vez que a marca “morto”, acompanhada pelo verbo “está”, mais o artigo indefinido “um”, determina o estado em que “Joãozinho” se encontra no momento.

Ou seja, a posição dele é instável, amanhã ele talvez não esteja na posição de “um morto de fome”, diferente do enunciado 3, onde o localizador “Joãozinho” se estabiliza como “um morto de fome”. A ausência do verbo “está”, redimensiona o sentido de “Joãozinho um morto de fome”, para alguém que se mantém como “um morto de fome” o tempo todo.

Diferentemente do que ocorre no enunciado 4 em que “Joãozinho é morto de fome” tem como localizador “Joãozinho” que se determina como alguém que “está morto de fome”, ou seja, alguém que come de mais, ou vive para comer, em 5, temos “está um morto de fome” como o que é localizável por “Joãozinho” que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> não é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 6: A morte de Joãozinho foi por fome.

No sexto enunciado, a marca aspectual de passado, atribuída a “morrer”, determina a inexistência de “Joãozinho” no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que “Joãozinho” existiu até o momento em que “fome” o matou. “Fome”, pois, funciona como o bloqueio à existência de Joãozinho no tempo da enunciação, visto que Joãozinho já não é Joãozinho por causa de fome, ou Joãozinho é Joãozinho morto porque a fome o fez morto.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível, porque o traço animado estabiliza “Joãozinho” entre os que morrem e permanecem mortos. Não há reversibilidade processual, diferentemente do que poderia acontecer, tal como ocorreu nos enunciados 1, 2, 3, 4 e 5 onde o sentido estabilizado, temporariamente, da marca “morte”, cai no hiperbólico.

“Fome”, assim, atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de ser animado, passível de morrer. Já “por fome”, determina (qualifica) morrer, e fecha as possibilidades para “morrer de outras coisas”, tais como “morrer de Covid”, “morrer de frio”, etc.

É por essa orientação que se pode pensar, nesse sentido, em “por fome”, como o que é localizável por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 7: Fome foi a morte de Joãozinho.

No sétimo enunciado, a marca aspectual atribuída a “morte”, determina a inexistência de Joãozinho no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existiu até o momento em que “fome” foi a causa da sua morte. “Fome” é o bloqueio à existência de Joãozinho no tempo da enunciação, uma vez que Joãozinho é um Joãozinho morto porque a fome o fez morto.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque ao se atribuir a Joãozinho a propriedade de quem é passível de morrer de fome, fecha-se a possibilidade para outro que não Joãozinho morra de fome.

Assim, a necessidade do traço animado para se morrer de fome bloqueia uma predicação como ocorre no enunciado 4, “Joãozinho é morto de fome” no sentido hiperbólico. Dessa forma pode-se dizer que “fome” é o localizador (centro atrator) e “Joãozinho” é o localizado da predicação em que <morrer> é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 8: Fome matou Joãozinho.

No oitavo enunciado, a marca aspectual do passado (verbo transitivo), atribuído a “morte”, determina a inexistência de Joãozinho no presente e, a modalidade assertiva afirmativa faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho existiu até o momento em que “fome” o matou. “Fome”, assim, é o bloqueio à existência de Joãozinho no tempo da enunciação, pois Joãozinho já não é Joãozinho porque a fome o matou.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque o traço animado estabiliza “Joãozinho” entre os que morrem e permanecem mortos, ou seja, “fome” determina (qualifica) “morte” e fecha as possibilidades para “morrer de outras coisas”, tais como “morrer de meningite” ou “morrer de depressão”.

Ao se atribuir a Joãozinho, a propriedade de quem é passível de morrer de fome, fecha-se a possibilidade para outro que não Joãozinho seja morto por fome. Assim, a necessidade do traço animado para ser morto por fome, bloqueia uma predicação, tal como ocorre nos outros enunciados já citados que caem no sentido hiperbólico.

Entretanto, percebe-se, nesse enunciado, que o localizador e o localizável mudam de posições. Dessa forma, pode-se afirmar que “Joãozinho” é localizado por “fome”, que é o localizador da predicação (centro atrator) em que <morrer>, é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 9: Joãozinho matou a fome.

No nono enunciado, a marca aspectual do passado (verbo transitivo), atribuído a “morte”, determina a inexistência de “fome” no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que a “fome” existiu até o momento em que foi morta por “Joãozinho”. “Joãozinho”, nesse caso, seria o bloqueio à existência de “fome” no tempo da enunciação, pois fome deixa de existir porque Joãozinho a matou, ou seja, comeu.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque “fome” é estabilizada, temporariamente, como algo que pode ser saciado. Já “matou”, determina (qualifica), assim, “Joãozinho” como aquele a quem é atribuída a propriedade de ser passível de matar e fecha as possibilidades para “matar outras coisas”, tais como “matar o calor”, “matar à vontade”, etc.

Dessa forma, pode-se dizer que “fome” é localizada por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) em que <morrer> é o complementar da noção <viver>. Pois se Joãozinho matou a fome, significa que a fome estava viva dentro dele, ou seja, se ele se saciou, a fome não existe mais.

ENUNCIADO 10: Joãozinho está morto de fome.

No décimo enunciado, a marca aspectual atribuída a “morto”, composta pelo auxiliar “estar”, determina a existência de Joãozinho que se prolonga no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que Joãozinho exista, embora a “fome” o tenha feito morto. Isto é, há um Joãozinho que, apesar de estar vivo, está morto. “Fome”, desse modo, é o bloqueio da morte-morte de Joãozinho no tempo da enunciação.

Sendo assim, o traço animado estabiliza “Joãozinho” entre os que morrem e os que são passíveis “de morrer”, ou seja, é estabilizada a existência de “Joãozinho mortal”. Todavia, “de fome”, suprime, da “morte”, a propriedade de “matar”, entre outros seres, “Joãozinho”. Assim, “fome”, atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de ser animado e, ao mesmo tempo, fecha a possibilidade para que Joãozinho esteja morto de preguiça, por exemplo, de dor, de carência, de amor, etc.

Percebamos que, diferente do enunciado 5 (Joãozinho está um morto de fome), em que há sentido reversível para “ser miserável”, este enunciado (Joãozinho está morto de fome) que, apesar de também ter um sentido reversível para “morto”, com a ausência do artigo indefinido “um”, qualifica o localizador como alguém com muita fome.

Enquanto no enunciado 5, “um morto de fome” atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de “ser louco por dinheiro, um sovina”. Aqui, “morto de fome”, atribui, a Joãozinho, a propriedade “faminto”, de modo que a noção de <morrer>, que aqui se estabiliza, não é da noção <viver>.

Pois, “estar morto de fome” é construído como uma marca hiperbólica, o que nos leva à construção de “Joãozinho” que continua existindo e, ao “estar morto”, como um estado, um modo de ser de “Joãozinho”, no tempo da enunciação. Não há o “Joãozinho” falecido, tal como nos enunciados 6, 7 e 8 sentido “literal”²³.

²³ Neste trabalho, colocamos aspas para sentido figurado e sentido literal porque para a TOPE essa oposição não é produtiva, já que a crença é a de que o enunciado determina sempre um sentido provisório.

ENUNCIADO 11: Fome para Joãozinho é a morte.

Aqui, a marca aspectual do substantivo, atribuída a “morte”, determina a existência de “fome” no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que a “Fome” é inexistente no momento da enunciação.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque “morte”, atribui, a “Joãozinho”, a propriedade de ser animado e, determina (qualifica), “fome”, como “morte” e fecha as possibilidades para que “Joãozinho sinta a morte em outras coisas”, tal como “acordar cedo, tirar zero na prova ou fazer exercícios”, etc.

Assim, a necessidade do traço animado para que “Joãozinho” sinta-se morto ao passar “fome”, bloqueia uma predicação como a do enunciado 9, por exemplo, (Joãozinho matou a fome), ou seja, não há “Joãozinho” com fome. É por essa orientação que se pode pensar, pois, em “fome”, como sendo o que é localizável por “Joãozinho”, que é o localizador (centro atrator) da predicação em que <morrer> é o complementar da noção <viver>.

ENUNCIADO 12: A fome morreu para Joãozinho.

Aqui, a marca aspectual de passado, atribuída a “morrer”, determina a inexistência de “fome” no presente e, a modalidade assertiva afirmativa, faz com que o sujeito enunciador assuma que a “fome” existiu até o momento em que “Joãozinho” a matou. “Joãozinho”, assim, é o bloqueio à existência da “fome” no tempo da enunciação, pois fome já não é fome por causa de Joãozinho, ou fome é uma fome morta porque Joãozinho a fez morta.

Essa relação lógico-fenomenológica só é possível porque “morte”, atribui, a “fome”, a propriedade de ser “morta” para Joãozinho e fecha as possibilidades para que outras coisas morram para ele como, por exemplo, a “Maria, a dor, a discussão”, etc.

Assim, a presença do traço inanimado para “fome” faz com que esta esteja morta em um sentido “figurado” para Joãozinho, o que desencadeia uma aproximação com uma predicação, tal como ocorre no enunciado 9 (Joãozinho matou a fome), ou seja, “fome” com passível de morrer/ser saciada.

É, desse modo, por essa orientação, que se pode pensar em “Joãozinho” como sendo o localizador de “fome” (centro atrator) da predicação em que <morrer> não é o complementar da noção <viver>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da tríade ‘morto’, ‘morte’ e ‘morrer’ como objeto analítico se deu pelo amplo emprego que ela apresenta no uso cotidiano, na atividade de linguagem. Vimos, no decorrer do estudo, que esses três termos nem sempre têm um valor referencial que os aproximam de ‘falecido’, ‘falecimento’, ‘falecer’ como colocam em destaque os dicionários de língua portuguesa observados durante a pesquisa.

Também pudemos ver que apesar de a ideia de morte, principalmente explorada na seção um, ser vista como um tabu pela sociedade, porque consensualmente remete à dor, tristeza e estranheza, também é vista como uma marca que determina e intensifica os complementos à sua esquerda e à sua direita, como se observa nos enunciados 1,2, 3, 4 e 5. Seria um caso típico do que uma semântica clássica chamaria de valor hiperbólico.

A TOPE, entre as inúmeras contribuições ao nosso objeto de investigação, nos conduziu ainda a perceber que o sentido de uma palavra não é algo que parece ser possível de se formular isoladamente, seja no dicionário ou em outro espaço de distribuição. O que nos parece possível é a formulação de um determinado emprego de uma palavra em termos de uma dinâmica que só o enunciado é capaz de fornecer.

No tocante à breve explanação que fizemos sobre a antonímia, o que fica como ponto nevrálgico pode ser colocado em forma de pergunta: a todo tempo uma unidade linguística tem seu sentido garantido pela oposição que ela estabelece com uma unidade de sentido que, por várias convenções (social, afetiva e até linguística), é tida como uma representação de tudo aquilo que a outra não é? Em termos culiolianos: a noção <morrer> é complementar da noção <viver>, para qualquer domínio de referência? Não estamos negando que no português brasileiro temos, no centro do domínio nocional de <morrer>, a propriedade “perder a vida”, o que aproxima <morrer> de <falecer>, <partir dessa para melhor>, dentre outras formulações. No seu exterior, então, poderíamos localizar “viver”, “nascer”, “brotar” (flor). Estamos, sim, negando que essa relação é imutável diante das vicissitudes que cada situação enunciativa pode subsidiar.

Nessa direção, pensar o (re)arranjo das marcas linguísticas, nos enunciados, é crucial à construção do sentido, o que comprova que dicionarização do léxico em si de uma língua é insuficiente para mostrar os valores referenciais que uma marca linguística pode conquistar. Daí dizermos que os sentidos das unidades são construídos no e pelos enunciados.

Já em relação à sinonímia, vimos que, para os dicionaristas, vários conjuntos de palavras têm o mesmo significado. Porém, nossas análises demonstraram que nem sempre ‘morto’ é um

efeito de ‘morrer’. ‘Morto de fome’ pode bem ser ‘estar com muita fome’, o que presume ‘vida’, ‘estar vivo’. Esse desmonte semântico só é possível porque esses valores muitas vezes são determinados pela relação cotextual, pela natureza semântica do nome em que a marca se encontra diretamente vinculada e pela percepção do sujeito enunciador sobre o que a marca localiza no enunciado.

As análises que partiram do enunciado ‘Joãozinho morreram de fome na escola’ nos levaram a endossar o que apregoa a TOPE a partir de reflexões de teóricos como Palmer, que, por exemplo, diz: “[...] a visão do mundo subjaz, tanto às construções gramaticais, quanto às expressões figurativas e [...] a língua remete ao mundo de nossas experiências cotidianas, incluindo a realidade social, a realidade cultural e a realidade simbólica” (2000, p. 39). Contanto, devemos admitir que nem sempre foi possível comungar TOPE e outros arcabouços, o que fica expresso nas subseções 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

Ainda sobre as análises, acrescentamos que o funcionamento semântico-enunciativo de ‘morto’, ‘morte’ e ‘morrer’, em suas ocorrências cotidianas em família parafrástica, se ancora no que diz Cumpri (2013): a partir de um pré-construto (aquilo que permanece estável dentro do enunciado), o linguista mostra os valores que vão sendo atribuídos pela modalização e pelas marcas aspectuais (a variável) que são os investimentos do sujeito à confirmação do que é pré-construído (o invariável)”.

Desse modo a elaboração das glosas usadas nas análises foi de suma importância porque possibilitou a constatação de que a tríade ‘morte’, ‘morto’, ‘morrer’ se estabiliza em sentido, sobretudo, pelas operações de localização ancoradas nas relações lógico-fenomenológicas, que identificamos as regularidades do funcionamento de ‘morto’, ‘morte’ e ‘morrer’ ora pelo amparo de traços que se opõem, ora pelo amparo de traços que compõem um mesmo campo semântico, ou como a TOPE costuma chamar, um domínio nocional.

Enfim diante do que apresentamos em relação a opositividade de “morte e vida”, referente aos sentidos estabilizados com a tríade “morto, morte e morrer”, pode-se dizer que esse estudo foi de suma importância tanto para a vida profissional como a vida social, pois através da pesquisa pudemos observar que os sentidos das palavras são variáveis dependendo do texto que se insere, alterando assim o seu sentido. Dessa maneira como professora de ensino básico, dizemos que se faz necessário ensinar aos alunos a importância da articulação língua/linguagem, léxico/gramática, afim de entender as noções de língua e linguagem proposta por Antoine Culili.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 2, p. 265-272, mai./ago., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/VKhxJwS5qgimgCrw67mPScH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do Nascimento. A Enunciação em perspectiva. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 05-08, jan./mar., 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5645/4113>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BARROS, Enéas Martins de. **Nova gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas S.A., 1985.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Campinas: Pontes, 1989.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de filosofia**. 3. ed. São Paulo: EPU, 1977.

CÂMARA-JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CORREIA, Clara Nunes. **Estabilidade e deformabilidade das formas linguísticas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976minais. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2014.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de** Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. repéerge. Paris: Ophrys, 1999a.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation: domainenotionel**. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI, Antoine. **Cognition and representation in linguistic theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

CULIOLI, Antoine. **Pour unelinguistique de l'énonciation**: opérations et representations. Paris: Ophrys, 1990.

CUMPRI, Marcos Luiz. Aspectos epistemológicos do legado linguístico de Antoine Culioli. **Palimpsesto**, v. 17, n. 28, p. 308-324, 2018. ISSN 1809-3507. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/37304>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CUMPRI, Marcos Luiz. **Da noção ao texto**: um estudo enunciativo da produção textual. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2008. 124 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93956>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CUMPRI, Marcos Luiz. Para um redimensionamento do signo linguístico: o conceito de noção. **Revista Língua e Linguagem**, v. 14, n. 23, p. 171-184, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/348>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CUMPRI, Marcos Luiz. Reflexões sobre a produção e o ensino do texto por meio de uma perspectiva enunciativa. **Revista Uniletras**, v. 31, n. 2, p. 27-36, 2009. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/1889>. Acesso em: 08 mar. 2021.

CUMPRI, Marcos Luiz. Sentido, referência e valores referenciais na perspectiva enunciativa. **Recorte: revista Eletrônica de Letras**, Universidade Vale do Rio Verde, v. 10, n. 1, p. 01-13, UNICOR, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/811/pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

AURÉLIO. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 6. ed. Curitiba, 2007.

DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018.

DOTA, Maria Inez Mateus. O processo de leitura e as operações enunciativas de Antoine Culioli. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 153-160, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3977>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FODOR, Janet Dean. **Semanticá**: teorías del significado em la gramática generativa, Madrid: Cátedra, 1985, [1977].

FRANCKEL, Jean-Jacques.; PAILLARD, Denis. Aspecto da teoria de Antoine Culioli. In: VOGÜE, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques.; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

GILBERT, Eric. Some et la construction d'une occurrence. **Cycnos**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 1999. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02152983/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GODOIS, Janette Mariano; DALPIAN, Laurindo. Semântica: um estudo diacrônico. **Disciplinarum Scientia: Artes, Letras e Comunicação**, Santa Maria, v. 11, n. 1, p. 01-22, 2010. Série: Artes, Letras e Comunicação. ISSN 2177-0948. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/746>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GONÇALVES, Paula de Souza. **Estudo da preposição para no português brasileiro**: entre a invariância de funcionamento e a variação semântica. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2012. 147 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103496>. Acesso em: 06 mar. 2021.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s.d.].

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**: pesquisa de método. São Paulo: Cultrix, 1966.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. **Semântica**: enunciação e sentido. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018. 280p.

GURGEL, Batista Wilddoberto. A morte como questão social. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 27, jul./dez., p. 60-91, 2007. ISSN 1982-2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/138/570>. Acesso em: 10 nov. 2020.

HOFFMANN, Adriana. **Sinonímia e hiperonímia**: das relações entre palavras para as relações de sentidos. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2014. 98 p. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/769>. Acesso em: 14 mar. 2021.

HOLMO, Milenne Biasotto. **A construção da significação a partir de uma visão enunciativa**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014.

HOLMO, Milenne Biasotto. **Para uma abordagem enunciativa no ensino de língua estrangeira**: paráfrase e atividade epilinguística. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, 2008. 126 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93958>. Acesso em: 20 set. 2020.

HOLMO, Milenne Biasotto. **Para uma gramática da produção**: análise da marca mesmo sob o enfoque da teoria das operações predicativas e enunciativas. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2012. 216 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103546>. Acesso em: 20 set. 2020.

INFOPEDIA. **Morte**. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morte>. Acesso em: 23 mar. 2020.

LEITE, Jean Edson Rodrigues. **Fundamentos da linguística**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2010.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1979.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: LTC, 1987.

Marques, Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MORTE. *In: Infopedia*. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/morte>. Acesso em: 23 mar.2020

MORTE. *In: Priberam*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/morte>. Acesso em: 23 mar.2020

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1994.

OLIVEIRA, Roberta Pires. **Semântica formal: uma breve introdução**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ONOFRE, Maria Blundi; BARROS, Solange Christiane Gonzalez. Noções de qualificação e relações intersubjetivas na produção de textos. **Caderno Seminal Digital**, ano 20, n. 22, v. 22 jul./dez., 2014. ISSN 1806-9142. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/download/14885/11289>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PALMER, Gary B. **Linguística Cultural**. Madrid: Alianza, 2000.

PALMER, Frank R. **A Semântica**. Lisboa: Edições 70, 1976.

PEDRO, Magali de Lourdes. **As expressões idiomáticas no ensino de português como língua estrangeira para estudantes uruguaios**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2834>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PIMENTA, Reinaldo. **A casa da mãe joana 1 e 2: curiosidades nas origens das palavras, frases e marcas**. 1. ed. São Paulo: LTC, 2002.

PRIA, Albano Dalla. O diálogo, a significação e a enunciação na articulação da linguagem com as línguas naturais. *In: PRIA, Albano Dalla; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; RENZO, Ana Maria Di; MORALIS, Edileusa Gimenes. (orgs.). Linguagem escrita e tecnologia*. Campinas: Pontes, 2013.

PRIA, Albano. D. **Para um redimensionamento do estudo do adjetivo**: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2009. 124 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103540?show=full>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PRIBERAM. **Morte**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/morte>. Acesso em: 08 mar.2020

REZENDE, Letícia Marcondes. **Estudo do instrumento de avaliação**: prova de comunicação e expressão do concurso vestibular 1987 VUNESP. São Paulo: UNESP, 1988. 99 p.

REZENDE, Letícia Marcondes. **Léxico e gramática**: Aproximação de problemas linguísticos com educacionais. Departamento de Didática, Universidade estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2000. 365 p.

RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. **Introdução à semântica**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

ROMERO, Márcia. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **ReVEL**, v. 9, n. 16, p. 152-163, 2011. ISSN 1678-8931. Disponível em: http://revel.inf.br/files/artigos/revel_16_epilinguismo.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática**: teoria e pratica. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SANTOS, Jaquelma Teles Pereira. **Avaliação da interpretação literal de cultura de ditados populares brasileiros para a Língua de Sinais Brasileira**. TCC (Curso de Bacharelado em Letras-LIBRAS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), São Luiz/, 2018. 42 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193531>. Acesso em: 06 jul. 2021.

SANTOS, Juliana Duarte dos. Léxico e Semântica. **Revista educação Pública**, 2008. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/8/28/leacutextico-e-semacircntica>. Acesso em: 09 de setembro de. 2021.

SANTOS, Saulo. Apoio Pedagógico. Relações semânticas: fundamentos de semântica. *In*: **GRAD.LETRAS**, 2018. Disponível em: <https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/20180420%20-%20Sem%C3%A2ntica%20-%20Aula%2002%20-%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Sem%C3%A2nticas.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blickstein.3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

SCHÜLER, Donaldo. **Heráclito e seu (dis)curso**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

TAMBA-MECZ, Irène. **A semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Teoria e método em psicologia**. Tradução de David C. Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOGÜE, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques.; PAILLARD, Denis. Prefácio. *In*: VOGÜE, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques.; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011.

XATARA, Cláudia Maria; SUCCI, Thaís Marini. **Revisando o conceito de provérbio**. Juiz de Fora: Veredas on-line. Atemática, 2008.

ZAVAGLIA, Adriana. **Pequena introdução à teoria das operações enunciativas**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2016.